



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS:
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

O compromisso de fazer o Brasil crescer de forma sustentada e acelerada tem se concretizado nos elevados patamares de investimentos em infraestrutura. Em maio de 2010, o lançamento do PAC 2 garantiu ao setor alocação de recursos para os próximos anos. Os investimentos realizados em 2010 permitiram avançar na mitigação de gargalos de infraestrutura e, conseqüentemente, aumentar gradativamente o potencial de crescimento da economia brasileira.

A capacidade de oferta energética foi expandida em 2010 e para 2011 espera-se novo aumento na capacidade de geração e transmissão. No setor de petróleo e gás natural merece destaque, além das novas notificações de descobertas de hidrocarbonetos, inclusive na Região do Pré-Sal, a sanção da Lei que estabeleceu o regime de exploração de partilha de produção para as áreas de Pré-Sal e áreas estratégicas. Houve também o início da produção em novas plataformas, contribuindo para o recorde de produção de 2.165 mil barris/dia. Para 2011 está prevista a continuidade deste processo de expansão da produção, aliada à continuidade da política de aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, que vem contribuindo para alavancar a economia e gerar mais emprego e renda.

No que se refere à infraestrutura de transporte, inúmeras iniciativas foram empreendidas em 2010, tais como os investimentos na manutenção da malha rodoviária atual e na ampliação, pavimentação ou adequação dos eixos estratégicos consolidados; conclusão de eclusas e outras obras de manutenção de hidrovias, como dragagens e derrocamentos. A malha ferroviária nacional foi ampliada e novos traçados foram iniciados. No setor portuário foram concluídas diversas obras que resultaram no aumento da capacidade de operação dos portos brasileiros. O Programa Nacional de Dragagem permitiu investimentos para a manutenção da profundidade adequada nos canais de acesso e bacias de evolução, e se consolidou como um instrumento importante para a adequação da infraestrutura portuária às demandas da sociedade.

No intuito de melhorar a infraestrutura aeroportuária, o governo realizou investimentos diretos – por intermédio da Infraero – e iniciou, em 2010, o processo de concessão de aeroportos à iniciativa privada, baseado no Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de concessão para exploração do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN).

Destacam-se ainda a sanção da Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a continuidade da Política Nacional de Habitação, incluindo seus principais eixos: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o PAC - Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Nas comunicações, destaca-se a ampliação da infraestrutura de banda larga de maior velocidade – *backhaul* – a todos os Municípios do País.

1. Energia

a) Energia Elétrica

O Governo desenvolveu, ao longo de 2010, um conjunto de ações visando a assegurar as condições necessárias para dotar o País de uma infraestrutura energética capaz de sustentar as taxas de crescimento do PIB previstas para os próximos anos. Nesse sentido, diversos projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que lhes confere prioridade na alocação de recursos e no acesso a financiamento, além de contar com monitoramento intensivo por parte do Governo.

Em relação à geração de energia elétrica, as usinas em implantação permitiram, até dezembro de 2010, um incremento de 6.149





MW de capacidade instalada, sendo 1.965 MW de fonte hidráulica, 3.727 MW de fonte térmica e 457 MW de usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). No que tange à transmissão, as obras executadas em 2010 resultaram na incorporação ao sistema de 2.561 km de linhas e 7.364 MVA de transformação.

Já para o ano de 2011, a previsão de expansão da oferta de geração é de 6.611,6 MW. Na transmissão, deverão ser acrescentados aproximadamente 2.985 km de linhas ao Sistema Elétrico Brasileiro, que ampliarão a integração energética entre as diversas regiões brasileiras.

a.1) Geração e Transmissão

Dos empreendimentos concluídos em 2010, destacam-se a Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó (855 MW), localizada nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as UHE's Serra do Facão (212,6 MW), Salto (108 MW), Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Salto do Rio Verdinho (93 MW) e Foz do Rio Claro (68,4 MW), no Estado de Goiás, a Usina Termelétrica UTE Candiota III (350 MW), no Estado do Rio Grande do Sul, as UTE's Global I e Global II (297,3MW), no Estado da Bahia, e a UTE Bonfim (111 MW) no Estado de São Paulo

Para 2011 está previsto um acréscimo na capacidade de geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 1.735,4MW de fonte hidráulica e 4.212,1MW de fonte térmica, totalizando 5.947,5 MW de potência instalada em novos empreendimentos, sendo os principais destaques a conclusão da UHE Dardanelos (261 MW) e da UTE Do Atlântico (490 MW) e o início da operação comercial da UHE Estreito (1.087 MW), da UHE Simplicio (333,7 MW) e da primeira máquina (73,3 MW) da UHE Santo Antônio, uma das usinas do Complexo do Rio Madeira.

No ano de 2010 o sistema de transmissão de energia elétrica alcançou a extensão de 99.910 km de linhas de transmissão. Cabe ressaltar que no ano de 2010 foram energizados 2.561 km de linhas de transmissão (LTs). Neste sentido, destaca-se a construção de trechos das seguintes LTs: i) LT Presidente Médici / Santa Cruz – 230 kV, com 233 km de extensão, promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Candiota; ii) LT Paraíso / Açú – 230 kV, com 135 km de extensão, promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Jesus Soares Pereira; e iii) as LTs Colinas / Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí – 500 kV, com 720 km, e São João do Piauí / Milagres – 500 kV, com 400 km de extensão.

Está prevista para 2011 a conclusão de 2.985 km de linhas de transmissão e 10.204 MVA de potência de transformação. Merecem destaque as obras da Linha de Transmissão (LT) Tucuruí – Manaus – Macapá – 230kV e 500 kV, com extensão estimada em 3.652 km (C1 e C2). Trata-se de um dos maiores projetos de linhas de transmissão de energia elétrica já realizados no Brasil. O empreendimento percorrerá os Estados do Pará, Amazonas e Amapá, ligando a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, aos Municípios de Manaus (AM) e Macapá (AP). O empreendimento produzirá o grande benefício de integrar o sistema isolado de Manaus e Macapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Cabe ressaltar ainda como grandes empreendimentos previstos para o ano de 2011 a construção dos bipolos da linha de transmissão em corrente contínua para escoamento da energia gerada pelas usinas do rio Madeira e as energizações das Subestações Ilha Solteira 2 – 440/230 kV, com 1.350 MVA, Jauru 500/230 kV, com 750 MVA e Chapadão 230/138 kV, com 675 MVA.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 77 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2010, referentes aos Leilões A-5/2008; A-3/2009 Energia de Reserva/2009; A-5/2010 e o Leilão da UHE Belo Monte, que acrescentarão 6.250 MW médios ao SIN, a partir de 2012.





Merece destaque o Leilão da UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010. Essa usina, localizada no Rio Xingu, terá 11.233 MW de potência instalada, com entrada em operação prevista para 2015 e investimentos da ordem de R\$ 19 bilhões.

No Leilão A-5/2010, realizado em 30 de julho de 2010, foi contratada energia elétrica de sete usinas, sendo três UHEs e quatro PCHs, que agregarão 809 MW de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foi realizado em 26 de agosto de 2010 o 3º Leilão de Compra de Energia de Reserva. Nesse leilão foram contratadas oito usinas a biomassa para fornecimento em 2011 e 2012 e duas PCHs, três usinas térmicas a biomassa de bagaço de cana e vinte empreendimentos de geração eólica para fornecimento a partir de 2013, totalizando 1.207 MW de potência instalada. O Leilão de Fontes Alternativas, também realizado em 26 de agosto de 2010, contratou, para 2013, cinco PCHs, uma usina térmica a biomassa de bagaço de cana e 50 empreendimentos de geração eólica, totalizando 1.548 MW de potência instalada.

O Leilão de Energia para Atendimento aos Sistemas Isolados (Região Norte) foi realizado em 9 de março de 2010. Foram contratadas três usinas, todas de fonte cavaco/resíduo de madeira, para suprimento de energia elétrica a partir de 2012, com potência de 42,2 MW e 35,8 MW médios de garantia física. O preço médio da energia foi de R\$ 148,72/MWh.

Foram outorgadas, em 2010, as concessões de transmissão de energia elétrica licitadas nos Leilões nºs 05/2009, 01/2010 e 06/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), compreendendo 2.288 km de Linhas de Transmissão e 23 subestações, com capacidade de 11.164 MVA.

O leilão de transmissão nº 01/2010, realizado em junho, contratou 708 km de LT e 11 subestações, que acrescentarão 1.754 MVA de transformação ao SIN. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 700 milhões e a criação de 3.450 empregos diretos. Esses empreendimentos, com previsão de entrada em operação para 2012, permitirão expandir a Rede Básica do SIN nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo, e escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira e do Complexo CERAN (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho).

O leilão de transmissão nº 06/2010 contratou, em setembro de 2010, 501 km de linhas de transmissão e quatro subestações, que irão reforçar a capacidade de transmissão do SIN, além de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG), conectadas à Rede Básica. São estimados investimentos em torno de R\$ 300 milhões, que permitirão expandir a Rede Básica do SIN nos Estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte e conectar as Usinas Eólicas que comercializaram energia no Leilão de Energia de Reserva nº 003/2009. A previsão é de que as instalações de transmissão licitadas entrem em operação em 2012 e que sejam gerados cerca de 2.150 empregos diretos durante a fase de construção.

O leilão de transmissão de energia elétrica nº 9/2010, realizado no dia 9 de dezembro de 2010 na sede da BM&FBovespa, em São Paulo, teve um deságio médio de 43,67% e movimentou cerca de R\$ 90 milhões para os 505 km de linhas de transmissão e nove novas subestações para os lotes arrematados, que totalizam 1.647 MVA. Apenas para o “lote E” não houve oferta no leilão. As instalações de transmissão a serem construídas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul irão reforçar a rede básica do SIN. Os investimentos estimados, durante a construção das instalações de transmissão, são da ordem de R\$ 762,7 milhões e deverão gerar cerca de 3.900 empregos diretos.

Ocorreu em 17 de dezembro de 2010 o Leilão A-5/2010, 4º trimestre, para fonte hídrica. Foi contratada energia elétrica de duas UHE, Teles Pires e Santo Antônio do Jari, que agregarão, a partir de 1º de janeiro de 2015, 2.120 MW de potência ao SIN e contribuirão com 968 MW médios de energia elétrica. O preço do lance para a UHE Teles Pires foi de R\$ 58,36/MWh, o menor preço de energia elétrica já contratado para o Ambiente Regulado, com deságio de 33%, e para a UHE Santo Antônio do Jari foi de R\$ 104,00/MWh.





a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Estão previstos três leilões de linhas de transmissão e subestações para o ano de 2011. O 1º leilão licitará a concessão do sistema de transmissão que possibilitará a integração ao SIN da 2ª etapa do projeto Ilha do Marajó, reforços na Região Nordeste, de transmissão à Região Sudeste e ao sistema receptor de energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, compreendendo dez subestações com 7.281 MVA de transformação, 1.261 km de LT e investimentos previstos de R\$ 1,64 bilhão. O objeto do 2º leilão será definido com base na consolidação de obras de Rede Básica para o período 2011/2013. Será também realizado um leilão de Transmissão e de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICGS), associado ao LFA nº 07/2010 e LER nº 05/2010, que se encontra na fase de determinação dos empreendimentos a serem leiloados.

Serão realizados, também no ano de 2011, um leilão A-3 e dois leilões A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, bem como um leilão A-1 de energia existente e um leilão de reserva, com o objetivo de atender a demanda declarada pelas distribuidoras para o ano de 2014 e contratar cerca de 3.500 MW médios de energia elétrica, para fornecimento em 2016.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

No ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia aprovou e publicou o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2019), que apresenta os principais empreendimentos selecionados para entrar em operação no período decenal de forma a garantir a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental. Também foram iniciados os estudos do Plano Nacional de Energia (PNE 2035), que consiste na definição das alternativas preferenciais de produção, transporte e uso da energia necessária ao atendimento da demanda energética nacional para diversos cenários. Para a consecução desses estudos o Ministério contou com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Eletrobras (CEPEL).

Assim como o PNE 2035, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 (PDE 2020), será publicado no ano de 2011, confirmando mais uma vez a solidez do planejamento energético brasileiro, implementado por meio de processos regulares e consistentes de consulta e diálogo junto à sociedade e aos agentes do mercado.

a.5) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa)

O Proinfa tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a promoção da complementariedade das fontes eólicas e de biomassa com as hidrelétricas. Atualmente estão em operação 109 empreendimentos, sendo 50 PCHs (999,74MW), 38 usinas eólicas (835,43MW) e 21 UTEs a partir de biomassa (550,34MW). Em 2010 entraram em operação 343,05 MW, sendo 44,20MW de PCHs, 262,85MW de eólicas e 36MW de biomassa. O Proinfa, desde seu início, promoveu a inserção de 2.385,51MW no SIN.

a.6) Eficiência Energética

Em 2010, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) teve sua primeira fase concluída, e atualmente encontra-se em processo de consulta pública. O principal objetivo desse plano é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030 de ter 10% do consumo de energia elétrica, em 2030, atendido por programas de Eficiência Energética. Para atingir esse objetivo, espera-se fortalecer os principais programas que dão suporte ao PNEf, quais sejam: o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET).





Em 2010 foram contabilizadas 36 categorias de equipamentos com selos PROCEL ou CONPET de eficiência energética, totalizando 4.383 diferentes modelos. Somam-se a esse esforço sete novas regulamentações de índices mínimos de eficiência energética, atendendo à Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que exclui compulsoriamente do mercado os produtos menos eficientes. Ainda nesse segmento de atuação merece destaque o lançamento da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Residenciais, um passo a mais na trajetória de eficiência desse setor tão relevante.

Há que se registrar, também, a conclusão dos estudos para se implementar um plano visando a “Disseminação de Sistemas de Aquecimento Solar no Brasil” para o período 2011-2015, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e outras instituições. Um avanço nessa direção foi a implantação pela Caixa Econômica Federal, em 2010, de mais de 28 mil sistemas de aquecimento solar no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

No campo da regulação, deu-se continuidade ao segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010. Em 2010 foram realizados reajustes tarifários em 62 distribuidoras e a revisão tarifária de uma distribuidora. No segmento de transmissão, em junho de 2010 foram revistas as tarifas de 12 transmissoras. Para 2011 estão programados 94 reajustes tarifários (56 concessionárias e 38 permissionárias) e sete revisões tarifárias de distribuidoras (concessionárias).

Destaca-se, ainda, a publicação da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, que define, entre outros, o dever das distribuidoras de energia elétrica de disponibilizar postos de atendimento em todos os Municípios de sua área de concessão ou permissão, dotados de estrutura suficiente para que o tempo máximo de espera seja de 45 minutos. Ademais, os prazos de atendimento de diversos serviços foram reduzidos, e, se violados, gerarão ao consumidor uma justa compensação na fatura seguinte.

Em 2010 foram realizadas 1.433 ações de fiscalização de serviços de energia elétrica. Está programada para 2011 a realização de 1.835 fiscalizações de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC. As fiscalizações serão realizadas principalmente pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Do universo de 52 cooperativas de eletrificação rural aptas a se tornarem permissionárias de serviços públicos de distribuição, em 2010 foram regularizadas 11 cooperativas como permissionárias e seis como autorizadas. Para 2011 está prevista a regularização de 13 permissionárias e cinco autorizadas.

No âmbito de atuação da Ouvidoria, os serviços da central de teleatendimento da ANEEL aos consumidores e as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas proporcionaram 1.574.630 atendimentos em 2010. Foram aprimoradas e ampliadas as consultas e audiências públicas de forma a intensificar a participação da sociedade na agenda regulatória. Em 2010, foram realizadas mais de 130 audiências e consultas públicas à sociedade. O maior número desde 1998.

Entre os temas apresentados, destaca-se o aperfeiçoamento da metodologia para o terceiro ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, que será iniciado em 2011; a tarifa social de energia elétrica para a classe de baixa renda; a revisão tarifária de transmissoras, indicadores de continuidade de 63 distribuidoras, estudos de inventário e leilões, entre outros.

a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

No âmbito do PAC, em 2010, foram obtidas licenças ambientais para seis Pequenas Centrais Hidrelétricas, 15 Aproveitamentos/





Usinas Hidrelétricas, 29 Usinas Termelétricas e 53 Linhas de Transmissão/Subestações.

Dentre os aproveitamentos hidrelétricos licenciados, destaca-se a obtenção da licença prévia do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (11.233MW), Teles Pires (1.820 MW), Colider (300 MW), Ferreira Gomes (252 MW), Garibaldi (177,9 MW), Cachoeira (63 MW) e Estreito (56 MW), totalizando 13.901,9 MW de potência. Ainda considerando os aproveitamentos hidrelétricos, destacam-se, também, as Licenças de Operação das Usinas Hidrelétricas Foz do Chapecó, Estreito do Tocantins, Dardanelos, Caçu, Foz do Rio Claro, Rondon II, Salto do Rio Verdinho e Barra dos Coqueiros, totalizando 2.330,5 MW.

Para os empreendimentos de transmissão de energia, os destaques são a Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus, com obtenção de Licenças de Instalação para todos os trechos; a Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara, com obtenção de Licenças de Instalação para as subestações Coletora Porto Velho e Araraquara; a obtenção de Licenças de Instalação para o início das obras civis das estações retificadora e inversora (Estação Conversora 01 CA/CC e Estação Inversora 01 CC/CA); a obtenção de Licenças Prévias para LT Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde, LT Coletora Porto Velho – Araraquara C1; Estação Conversora 02 CA/CC e Estação Inversora 02 CC/CA, e Interligação Norte – Nordeste; e obtenção de Licenças de Operação para as LT's Colinas – São João do Piauí e São João do Piauí – Milagres.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

O incremento estimado nas descobertas na região denominada Pré-Sal, nas bacias marítimas de Santos e Campos, no sudeste do País, que continuam em avaliação, são os seguintes: Tupi (5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente - boe), Iara (3 a 4 bilhões de boe), Guará (1,1 a 2 bilhões de boe), Jubarte (1,5 a 2 bilhões de boe), Franco (2,2 a 5,5 bilhões de boe), Florim (0,1 a 0,4 bilhão de boe), Sul de Guará (0,1 a 0,3 bilhão de boe), Libra (7 a 8 bilhões de boe), Entorno de Iara (0,6 a 0,8 bilhão de boe), Sul e NE de Tupi (0,5 a 0,7 bilhão de boe) e Peroba (1,1 a 1,8 bilhão de boe), totalizando 22,2 a 33,5 bilhões de boe. Esse volume equivale ao dobro das reservas provadas de petróleo e gás natural brasileiras em 2009, que foram de 15,1 bilhões de boe.

No setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, destacam-se as novas notificações de descobertas de hidrocarbonetos em poços exploratórios. Foram registradas, em 2010, 156 descobertas, sendo 87 em mar e 69 em terra. Dessas notificações, 32 relacionam-se aos blocos marítimos na província do Pré-Sal. Com relação às declarações de comercialidade, nesse ano a Agência Nacional de Petróleo (ANP) recebeu 29 declarações, número superior ao verificado em 2009.

Em 2010, no âmbito do projeto de desenvolvimento da fase I dos campos de Cachalote (pós-sal) e Baleia Franca (pré e pós-sal), com capacidade de produzir até 100 mil barris por dia de petróleo e 3,2 milhões de m³ de gás natural, entrou em operação a plataforma *Floating Production Storage Offloading* (FPSO) Capixaba (deslocada do campo de Golfinho); e para a produção no campo de Uruguá – Tambaú, com capacidade para 35 mil barris/dia de petróleo e 10 milhões de m³/dia de gás natural, entrou em operação a FPSO Cidade de Santos. Ainda em 2010, no mês de dezembro, entrou em produção a Plataforma P-57, relativa à Fase 2 do Campo de Jubarte e cuja capacidade é de até 180 mil barris/dia de petróleo e 3 milhões de m³ de gás natural.

O ingresso dessas plataformas colaborou para o aumento da produção no País, que atingiu a média de 2.077 mil barris/dia em setembro de 2010, com recorde de produção registrado em agosto (2.165 mil barris/dia). Em outubro de 2010, a Petrobras colocou em operação o 1º Sistema Definitivo de Produção Tupi, no Bloco BM-S-11, na Bacia de Santos, por meio do navio-plataforma FPSO Cidade de Angra dos Reis, que testa um novo poço, ainda na fase de exploração, sendo parte do primeiro sistema definitivo do Pré-Sal da Bacia de Santos. Esta nova unidade está instalada próxima ao FPSO BW Cidade de São Vicente, que realiza desde 1º de maio de 2009 o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, de onde aproximadamente 9,1 milhões de barris de petróleo foram produzidos em 2010.





Está previsto para 2011 o início da produção da Plataforma P-56, no Campo de Marlim Sul – Módulo 3, com capacidade de 100 mil barris/dia de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural, e da plataforma do tipo fixa PMXL-1, para produção de gás natural no campo de Mexilhão, com capacidade de 15 milhões de m³ por dia.

No que se refere à exploração e produção (E&P), cumpre destacar, ainda, os seguintes projetos em fase licitatória cujas obras deverão ser iniciadas em 2011: contratação de 28 sondas de perfuração e de oito cascos de plataformas do tipo FPSOs para serem instaladas em áreas do Pré-Sal da Bacia de Santos para o desenvolvimento da produção nas áreas de Tupi, Carioca, Iara e Guará.

Em 2011, o Governo dará continuidade à política de aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, implementada por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e dos contratos de concessão e de cessão onerosa. Essa política tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional.

b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Durante o ano de 2010, merece destaque a aprovação dos seguintes marcos legais: i) a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) que representará os interesses da União nos contratos de partilha da produção; ii) a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal; e iii) a Lei nº 12.351, de 22 dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas, cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, além de alterar dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O Fundo Social, que aplicará os recursos oriundos dos contratos de partilha de produção em atividades rentáveis no Brasil e no exterior, utilizará seus rendimentos no combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da previdência, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e da mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Destaca-se também o Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamentou a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, a Lei do Gás, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. O referido decreto atribuiu ao Ministério de Minas e Energia (MME) a responsabilidade de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT), que consiste em um planejamento de médio e longo prazo para a instalação e ampliação de gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás natural. A primeira edição do Plano está prevista para 2011.

A Lei do Gás incluiu novo dispositivo sobre a concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorre associado a depósito de carvão mineral. Nesse sentido, visando a definir as bases para uma futura regulamentação desse dispositivo, em 2010 foi constituído um Grupo de Trabalho envolvendo o Ministério de Minas e Energia, a ANP, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O trabalho do grupo será concluído até o início de 2011.

b.2) Contrato de Cessão Onerosa

A Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pes-





quisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. Logo após a promulgação dessa Lei, foi constituído um grupo de trabalho envolvendo representantes do Governo e da Petrobras com o objetivo de elaborar as cláusulas e condições do contrato de cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural pela companhia. O valor do contrato foi estabelecido com base em laudos técnicos de entidades certificadoras independentes contratadas pela Petrobras e pela ANP, conforme estabelecido no art. 3º da Lei 12.276, de 2010. A seleção das áreas para negociação deu-se em função do melhor conhecimento existente à época e incluiu extensões de jazidas, para fora da área concedida, onde já havia notificação de descoberta de hidrocarbonetos (Iara, Tupi, Júpiter e Guará). Foram definidos no instrumento de contrato entre a União, representada pelo MME, e a Petrobras, as áreas e os volumes de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, limitados a cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, relacionados à cessão onerosa, em 3 de setembro de 2010.

b.3) Rodadas de Licitações de Blocos

A 11ª rodada de licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a primeira rodada de licitações de blocos segundo o modelo de partilha da produção, estão previstas para se realizarem em 2011. A ANP já elaborou estudos para a seleção de blocos para a 11ª rodada de licitações, os quais serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

b.4) Refino e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias receberam investimentos de R\$ 32,2 bilhões para obras de modernização, qualidade e conversão. A meta é acrescentar 100 mil barris por dia à atual capacidade instalada de refino. Destacam-se as obras voltadas para o aumento do processamento de óleo nacional, a conversão de produtos pesados em derivados leves e a melhoria da qualidade dos combustíveis, com a adaptação das refinarias para produzirem gasolina e diesel com baixos teores de enxofre, em conformidade com as exigências ambientais. Em setembro de 2010, a unidade de produção de gasolina da Refinaria Potiguar Clara Camarão entrou em operação, com capacidade de refinar 30 mil barris/dia, decorrente de investimento da ordem de R\$ 413 milhões.

Com capacidade de processar 230 mil barris por dia e investimentos previstos de R\$ 26,7 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima (PE) está projetada para operar a partir do primeiro trimestre de 2013. O principal produto da refinaria será o óleo diesel com baixo teor de enxofre para atender às exigências do mercado.

Nos Estados do Maranhão e Ceará estão sendo construídas as refinarias Premium I e II, que produzirão combustíveis de elevada qualidade e com baixíssimos teores de enxofre. A previsão é de que, no final de 2014, a Premium I já esteja operando com 50% de sua capacidade. As duas refinarias, quando concluídas, terão capacidade de refino de 900 mil barris por dia.

No segmento petroquímico, pode-se destacar os investimentos do PAC no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Esse complexo de refino de petróleo pesado tem capacidade instalada para processamento de 330 mil barris por dia, e previsão de investimentos, até 2014, de cerca de R\$ 19,2 bilhões. Em 2010, 17,5 % do projeto do COMPERJ foram concluídos. Além do COMPERJ, destaca-se a Petroquímica Suape, com capacidade total de produção de 240 mil t/ano, cuja unidade de fios de poliéster já se encontra em pré-operação desde agosto de 2010. Em Suape também serão implantadas unidades de produção de ácido teraftalato, com capacidade de 700 mil t/ano, e de fabricação de resina para embalagem PET, com capacidade de 450 mil t/ano.

Outro ponto de destaque é a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desen-





volvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC). Com isso, serão beneficiadas com desoneração de PIS/PASEP, CONFINS e IPI os projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e de ureia a partir do gás natural.

No tocante à logística de transporte marítimo, destaca-se o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). Esse projeto integra o PAC e prevê a construção de 49 navios com capacidade de cerca de 4,0 milhões TPB (Tonelagem Porte Bruto). Na 1ª Fase – PROMEF I – serão acrescentados 2,7 milhões de TPB e na 2ª fase – PROMEF II – 1,3 milhão de TPB. Esses novos navios representam um acréscimo de 138% na capacidade atual, passando de 2,9 milhões de TPB para 6,9 milhões de TPB ao final do projeto, e deverão gerar, aproximadamente, 40 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos. Estima-se que tenham sido gerados, em 2010, 50 mil empregos pelo PROMEF. As premissas do programa são de que os navios sejam construídos no Brasil, com a garantia de um índice de nacionalização de 65% no PROMEF I e de 70% no PROMEF II. Até o momento, 46 navios já foram licitados, com investimentos previstos superiores a R\$ 8,8 bilhões. O programa permitiu reativar a indústria naval e colocar o País entre os principais fabricantes de navios do mundo. Outros setores da indústria foram impulsionados, entre eles o de navieças, o siderúrgico e o metalúrgico, os quais fornecerão insumos para a construção dos navios encomendados.

b.5) Mercado de Gás Natural

Durante o ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia monitorou as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural e publicou o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Esse documento tem o objetivo de compilar as informações mais relevantes do setor, apresentando-as em formato de fácil leitura e de consulta rápida, que possa subsidiar àqueles que desejam acompanhar os diversos aspectos da indústria do gás natural no Brasil. O MME também acompanhou, por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram o Termo de Compromisso (TC).

Em decorrência do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, regulamentador da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, espera-se para 2011 a entrada de novos agentes, ampliando a oferta de gás natural ao mercado brasileiro e promovendo a competitividade no setor.

b.6) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, em 2010 a carteira de projetos monitorados totalizava 3.970 km de novos gasodutos. Desse total, 3.776 km foram concluídos (95%) e 194 km estão em fase de construção e montagem (4,9%). Com crescimento de 61,4% em relação ao ano de 2007, a malha de transporte passou de 5.759 km para 9.295 km, em novembro de 2010.

Destaca-se a conclusão do gasoduto Cacimbas – Catu, de 954 km, último trecho do gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE). O GASENE é composto por três trechos e cumpre a função estratégica de integrar as malhas de transporte de gás natural das Regiões Sudeste e Nordeste, dando uma nova configuração à rede brasileira de gasodutos.

Entrou também em operação comercial o gasoduto Gasduc III, de 183 km, que aumentará a flexibilidade na oferta e a capacidade





de transporte para atender ao mercado do Sudeste, região de maior consumo de gás natural do País. Além de permitir o crescimento da oferta para o mercado não térmico. Com o Gasduc III está garantido o pleno atendimento das usinas Mario Lago (922 MW), Barbosa Lima Sobrinho (394 MW), Leonel Brizola (1.036 MW) e Norte Fluminense (869 MW), que juntas têm capacidade instalada de 3.221 MW.

Ainda em 2010, foram concluídos os gasodutos Gasbel II e Pilar – Ipojuca, com 267 km e 189 km, respectivamente. O Gasbel II incrementa a capacidade de transporte de gás natural para a região metropolitana de Belo Horizonte e para o Vale do Aço, regiões que concentram indústrias dos setores de mineração, siderurgia e celulose. Já o gasoduto Pilar – Ipojuca objetiva a ampliação da oferta de gás natural para a parcela setentrional da Região Nordeste do País.

Em 2011 entrarão em operação os gasodutos Caraguatatuba – Taubaté, Gasan II e Gaspal II, com 96 km, 38 km e 60 km, respectivamente. Esses gasodutos irão levar o gás proveniente da Bacia de Santos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

b.6.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

O Terminal de Liquefação de Gás Embarcado, com previsão de início de obra em outubro de 2011, possibilitará o escoamento de 10 milhões de m³/dia (capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano do gás do cluster do Pré-Sal) e tem como objetivo transportar gás tanto para o mercado doméstico como modal de transporte, quanto para exportação em uma situação de superávit na oferta.

b.7) Hidrogênio

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se a participação do Ministério de Minas e Energia, em setembro de 2010, na 3ª Reunião Conjunta dos Comitês Diretor e Técnico do IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, na cidade de Xangai, na China. Em 2010 foi concluída a fase de testes operacionais do ônibus e a construção da estação de produção e abastecimento de hidrogênio.

b.8) Biocombustíveis

O ano de 2010 foi importante para os biocombustíveis no Brasil. Avançou-se na consolidação do biodiesel no mercado interno, com a antecipação, para janeiro de 2010, da meta estabelecida em Lei que determinava a mistura B5 (5% de biodiesel no diesel) apenas a partir de 2013. Houve também relevante progresso no etanol, em especial com o início da construção do sistema dutoviário que interligará a produção do interior do País aos principais portos exportadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, bem como com a retomada de investimentos em novas unidades produtivas.

O Governo brasileiro continuou desenvolvendo importantes ações no plano internacional visando a transferir a experiência brasileira em biocombustíveis e estimular seu consumo e produção em outros países, especialmente em desenvolvimento. Essa medida é importante para converter os biocombustíveis em vetores de desenvolvimento sustentável e ampliar a produção mundial, facilitando sua transformação em *commodities* energéticas. Adotando posicionamento construtivo e esclarecedor quanto às frequentes críticas aos biocombustíveis, o Brasil deu prosseguimento à inserção desses combustíveis de fontes renováveis em acordos multilaterais de cooperação. Podem ser destacados avanços e parcerias nas discussões no Mercosul, com a União Europeia, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e com o Fórum IBAS





(Índia, Brasil e África do Sul). Além disso, foram enfatizadas as cooperações bilaterais com países como Estados Unidos, Paraguai, Suécia, Holanda e Moçambique, dentre outros.

Seguindo essa mesma linha, o Brasil também teve participação ativa junto a organismos internacionais. Na Agência Internacional de Energia, o Brasil tem contribuído no *Bioenergy Implementing Agreement* e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2010*, que é a principal publicação dessa entidade no contexto energético, incluindo os biocombustíveis. Na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), o Governo brasileiro apoiou a realização do V Seminário Internacional sobre Biocombustíveis. Discussões específicas para o desenvolvimento dos biocombustíveis também foram conduzidas no *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), inclusive com avanços na harmonização de critérios de sustentabilidade.

b.8.1) Biodiesel

O ano de 2010 foi um marco importante do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e para a consolidação desse novo combustível na matriz energética nacional.

No quesito produção, os dados mostram um salto de 70 milhões de litros de biodiesel em 2006 para 2,4 bilhões de litros em 2010, com crescimento de quase 50% em relação a 2009. Com isso, o Brasil tornou-se um dos principais produtores mundiais desse combustível, sendo, atualmente, o terceiro maior mercado mundial, superado apenas pela Alemanha e França.

No final de 2010 havia 55 usinas autorizadas a produzir e comercializar biodiesel no Brasil, com capacidade instalada de 5,2 bilhões de litros por ano, aproximadamente o dobro da demanda interna. Com ganhos de competitividade e ações no cenário internacional, essa capacidade ociosa credencia o Brasil a participar no mercado mundial como exportador de biodiesel.

No campo social, destaca-se o apoio à agricultura familiar por meio dos benefícios concedidos aos detentores do selo Combustível Social. Em 2010, foram cerca de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais diretamente envolvidas e integradas na cadeia produtiva do biodiesel. Houve também avanço qualitativo na participação dos agricultores familiares, para os quais foram repassados 50 centavos de real para cada litro produzido de biodiesel em 2010, 19% a mais do que no ano de 2009.

Ainda merece registro o adensamento de uma cadeia produtiva que gerou e multiplicou renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel. As matérias-primas oleaginosas produzidas no Brasil têm, ao longo dos anos, melhorado seu valor agregado. Antes do biodiesel, a possibilidade de aproveitamento da soja para fabricação de produtos mais elaborados era mais limitada, fazendo com que o excedente de grãos fosse exportado basicamente *in natura*. Agora, parte importante dessa matéria-prima recebe a agregação de valor no próprio Brasil, com o uso do óleo para biodiesel e do farelo para a composição de rações, ingrediente importante na cadeia produtiva da carne e do leite.

Outro destaque em 2010 foi o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, cujo objetivo é disciplinar e estimular a expansão do dendezeiro em áreas degradadas da Amazônia. Apesar do grande potencial para o cultivo da palma de óleo em vastas áreas de seu território, o Brasil ainda importa cerca de 60% de suas necessidades para as indústrias alimentícias, de cosméticos e de produtos farmacêuticos, químicos e industriais. A expansão do cultivo dessa palmácea beneficiará também a fabricação de biodiesel, por oferecer uma matéria-prima competitiva e rica em termos de densidade energética.

Ao cumprir os ditames do Zoneamento Agroecológico da Palma, que indica as áreas aptas para plantio, observadas as restrições ambientais, sociais e edafoclimáticas, a expansão da produção ocorre em bases sustentáveis, preservando a natureza e estimulando a recuperação de áreas degradadas na região amazônica.





No tocante à comercialização de biodiesel para atendimento à mistura compulsória por lei, foram estabelecidas e aperfeiçoadas diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos de biodiesel. Trata-se de mecanismo transparente de comercialização e que proporciona igualdade de acesso entre os fornecedores. Assegura, ainda, a participação da agricultura familiar, haja vista a destinação de um volume preferencial (80% do total leiloado) às usinas detentoras do selo Combustível Social. De 2005 até o final de 2010 foram promovidos 20 leilões públicos para aquisição do biodiesel necessário à mistura obrigatória.

A expansão da Petrobras Biocombustível (PBio) em 2010 foi importante, principalmente quanto ao aumento da capacidade das suas três unidades de biodiesel localizadas no Nordeste e no Semiárido – Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG) – e ao ingresso, em parceria com sócio privado, na unidade instalada em Marialva (PR). Desenvolveu, também, projeto para uma nova usina com capacidade de 120 milhões de litros/ano, a partir de óleo de palma, no Estado do Pará, em parceria com a GALP, empresa portuguesa de petróleo.

O desenvolvimento do mercado impõe novos desafios para 2011 e anos seguintes. No curto prazo, do principal deles é o melhor equilíbrio entre demanda e oferta de biodiesel, em face do atual quadro de excesso de capacidade industrial instalada e cujo equacionamento poderá ser facilitado com o ingresso do Brasil nas exportações de biodiesel. No médio e longo prazos, o fortalecimento da participação da agricultura familiar na cadeia produtiva desse biocombustível, os ganhos de competitividade e a maior diversificação de matérias-primas constituem os principais avanços a conquistar.

b.8.2) Etanol

O setor de etanol conta atualmente com 440 usinas em operação. Na safra em curso, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,2% em relação à anterior. Passou de 7,4 para 8,1 milhões de hectares, resultando numa produção de 660 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (56 milhões de toneladas a mais do que no ano anterior). Desse modo foi possível expandir a produção de etanol de 25,8 para 27,6 bilhões de litros entre 2009 e 2010.

Esse avanço foi importante para superar as dificuldades verificadas no ano anterior. Salientam-se, em particular, as condições climáticas adversas que prejudicaram a safra de cana-de-açúcar nas principais regiões produtoras no final de 2009. Ainda assim, num cenário de demanda aquecida e redução da produção por motivos climáticos, foi necessário alterar de 25% para 20% o teor de etanol anidro adicionado à gasolina comercializada no Brasil. Tal redução vigorou entre fevereiro e abril de 2010 e foi importante para assegurar o abastecimento de combustíveis. Com o início da safra 2010, em maio, foi possível retornar ao percentual anterior. Esses fatores também explicam a redução de aproximadamente 48% no volume exportado de etanol em 2010, em parte compensada pela elevação dos preços médios de exportação, da ordem de 31%.

A demanda de etanol no mercado doméstico continuou aquecida e atingiu 24 bilhões de litros em 2010, com crescimento anual de 4,3%. Os dois principais fatores dessa ampliação foram o crescimento da frota dos veículos bicombustível e o preço favorável do etanol hidratado em relação ao da gasolina em diversas cidades brasileiras. Foram produzidos e licenciados 2,3 milhões de carros bicombustíveis (*flex fuel*) em 2010, o que representa aproximadamente 90% do total de veículos leves vendidos no País. A participação desses carros na frota total em circulação é estimada em 38%, com 12 milhões de veículos vendidos desde 2003. Assim, uma parcela muito significativa dos consumidores brasileiros já tem opção de escolher entre etanol e gasolina.

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se centro de atenções e debates sobre biocombustíveis. Importantes acordos internacionais nessa área foram assinados e se avançou na cooperação, principalmente com países da América Central e do continente africano.

Nesse período, o Brasil promoveu políticas públicas importantes para garantir a produção sustentável de etanol nos próximos





anos. Por exemplo, o BNDES tem sido o maior agente financeiro do setor sucroenergético, com programas de financiamento de diversos elos da cadeia produtora de etanol, tais como: plantio da cana-de-açúcar; aquisição de máquinas e equipamentos; desenvolvimento tecnológico; e infraestrutura para armazenagem. Em 2010, o desembolso para financiamentos ao setor sucroenergético superou R\$ 6,5 bilhões.

Os últimos anos foram igualmente importantes para colocar a cana-de-açúcar como importante fonte renovável na oferta interna de energia. Ao crescimento do mercado de etanol une-se o aumento da participação do setor canavieiro na produção de energia elétrica a partir de resíduos da produção de açúcar e etanol.

Importante instrumento lançado pelo Governo brasileiro foi o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana). Trata-se de estudo inédito do clima e do solo, nas regiões brasileiras, para disciplinar a expansão da produção sustentável de cana diante da crescente demanda mundial pelos biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Com o ZAE Cana, o poder público dispõe de instrumento para definir políticas públicas para ordenar a expansão da produção, a exemplo do licenciamento ambiental de unidades industriais no âmbito dos Estados e da concessão de financiamentos à produção em áreas aptas ao cultivo.

O Plano Decenal de Energia (PDE) 2010-2019 aponta que a produção de etanol no Brasil será de mais de 60 bilhões de litros em 2019. O principal fator desse crescimento é o mercado interno em franca expansão, haja vista a crescente participação dos carros bicombustíveis na frota total. Com o desenvolvimento tecnológico obtido na produção de etanol, fruto de mais de três décadas de pesquisa e aprimoramento das práticas e processos de produção, o Brasil teve êxito em produzir um biocombustível competitivo com a gasolina.

Encontra-se em desenvolvimento o Plano Diretor de Infraestrutura de Logística para Exportação de Etanol (PDIEE), sob condução da Petrobras e envolvendo agentes privados, que visa integrar os modais dutoviário, hidroviário e rodoviário. Em 2011, é esperada a concretização das obras do primeiro trecho do Alcoolduto Senador Canedo (GO)/São Sebastião (SP), ligando a região produtora de Ribeirão Preto (SP) e a Refinaria de Paulínia (SP) – Replan. A capacidade de transporte deverá ser ampliada em 12,9 bilhões de litros de etanol por ano.

A Petrobras Biocombustível (PBio) também ingressou em parcerias estratégicas com produtores de etanol. Atualmente, já soma capacidade de moagem de cana superior a 24 milhões de toneladas e de produção de mais de 900 milhões de litros de etanol por ano. São 10 usinas em operação e mais dois projetos em andamento.

Outra ação importante é o aprimoramento contínuo dos mecanismos de combate à adulteração, à fraude e à sonegação, visando a proporcionar ao consumidor brasileiro o acesso a um etanol de qualidade, em volume adequado e com preço competitivo.

b.9) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atua na regulação e fiscalização da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, orientada para a garantia do abastecimento de combustíveis e para a proteção dos interesses dos consumidores.

O ano de 2011 traz para a ANP o desafio de contribuir para a implantação do novo marco regulatório das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural a serem desenvolvidas, principalmente, na área do Pré-Sal. Além disso, serão intensificados os esforços de fiscalização das atividades da indústria do petróleo com foco na qualidade e na defesa





dos interesses dos consumidores de derivados e na segurança das operações e do meio ambiente.

O Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP (2007-2011), incluído no PAC, prioriza investimentos em áreas de nova fronteira exploratória, tornando-se uma das ferramentas do governo para auxiliar o desenvolvimento regional. Esse plano prevê um investimento de R\$ 1 bilhão em cinco anos e contempla 23 Estados.

Em 2010, foram executados 72 mil quilômetros lineares de aerolevanteamento, abrangendo os Estados do Amazonas, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; reprocessados 13.000 pontos de dados de sísmicos; coletadas 2.000 amostras de solo para análise geoquímica nos Estados do Pernambuco e Ceará; e levantados 2.900 km de aquisição sísmica terrestre nos Estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Para 2011 está prevista a execução e contratação de projetos de geologia e geofísica em 12 Estados: Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Encontra-se em andamento, por parte da ANP, a aquisição de sísmica, reprocessamento de linhas sísmicas e geoquímica em bacias terrestres de fronteira exploratória, visando a levantar dados que agreguem valor às áreas destinadas a licitações futuras nas bacias de Acre, Pará, Maranhão, Marajó e Araripe.

Em 2010, foi consolidada a metodologia de medição de conteúdo local (CL), implantada a partir da 7ª rodada de licitação, através da publicação de informes que sistematizam as regras de aferição de CL contidas na Cartilha de Conteúdo Local. Foi dado prosseguimento ao processo de credenciamento das empresas certificadoras de conteúdo local, responsáveis pela aplicação das regras contidas na Cartilha de CL, havendo atualmente 17 empresas credenciadas, contemplando 21 possíveis áreas de atuação. Foi desenvolvida metodologia de fiscalização de CL para os contratos assinados nas rodadas de licitação anteriores à sétima rodada. Em 2011 pretende-se iniciar o procedimento de auditoria nas certificadoras credenciadas pela ANP.

No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não-conformidade geral passou de 2,05%, em 2009, para 2,20%, em 2010. O aumento verificado é justificado pela introdução do ensaio de determinação do teor de biodiesel de 5% no óleo diesel, no escopo do programa, a partir de 2009. Para os demais combustíveis, os índices de não-conformidade mantiveram a tendência de declínio observada em outros períodos. Até dezembro de 2010, foram analisadas 207.856 amostras de combustíveis. Cumpre destacar que, desde 2005, todo o território nacional passou a ser contemplado pelo monitoramento da qualidade dos combustíveis.

Foram realizadas cerca de 27.600 ações de fiscalização, em 2010, superando a meta de 20.830 ações. Para 2011 está prevista a realização de 25.000 ações de fiscalização. Será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica com outros órgãos públicos e à criação de novos escritórios regionais de fiscalização, de modo a tornar mais célere a coerção de práticas lesivas ao consumidor.

Em 2010 foram outorgadas 11.741 autorizações aos agentes econômicos de revenda de combustíveis e GLP. Em 2011 a expectativa é de outorgar 9.000 agentes, que deverão entrar no mercado de revenda de combustíveis e derivados, tais como postos de gasolina e revendas de GLP.

As ações de fiscalização realizadas no âmbito das atividades da indústria do petróleo, incluindo transporte e movimentação de gás, refino e segurança operacional, foram superiores a 3.000. Para 2011, a expectativa é que o esforço de fiscalização supere 3.300 instalações.

Em 2010 foram outorgadas 252 autorizações no âmbito da indústria do petróleo e 55 em instalações de biodiesel. Em 2011 está





prevista a outorga de 123 novas autorizações, como resultado da entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo, e a ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

Desde o início do PNPB foram realizados 20 leilões de compra de biodiesel, mecanismo exclusivo de comercialização dos volumes necessários ao atendimento da mistura compulsória. Os leilões viabilizaram o pleno abastecimento do biocombustível e deram suporte à consolidação do parque produtivo, contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade do programa.

c) Geologia e Recursos Minerais

Em 2010 foi elaborada a proposta de um novo Marco Regulatório para o Setor Mineral. Essa proposta surgiu da necessidade de modificações no atual Código de Mineração, vigente desde 1967, e de atualizações, que visam diminuir a especulação improdutiva e permitir maiores investimentos na pesquisa e na produção de minérios. Dessa forma, a nova legislação permitirá uma regulação mais segura para a atividade mineral, promovendo o aproveitamento racional dos recursos minerais do País, no interesse nacional.

Em 2010, também foi concluído o Plano Nacional de Mineração (PNM-2030). O plano apresenta o planejamento setorial de médio e longo prazos, de modo a garantir que o setor mineral continue contribuindo com o desenvolvimento do País. O PNM-2030 servirá de base para a formulação de políticas públicas que nortearão o desenvolvimento sustentável do setor nos próximos 20 anos, sendo objeto de revisões quadrienais, de forma a acompanhar as transformações conjunturais e as diretrizes contidas nos Planos Plurianuais.

Projetos de apoio a estudos do potencial econômico e das cadeias produtivas minerais também foram finalizados em 2010 e permitiram aos Estados obter maior conhecimento de seu potencial mineral e da indústria de transformação, o que permitirá a organização de políticas locais voltadas ao fomento do setor. Para isso, foram finalizados os estudos nos Estados do Amapá, Amazonas e Sergipe e em 2011 serão executados os projetos no Maranhão e em Roraima.

Em 2010, o setor mineral recebeu aporte de R\$ 127 milhões em ações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas à ampliação do conhecimento geológico nacional, envolvendo mapeamentos, levantamentos aerogeofísicos, avaliação de recursos minerais e outras atividades que atendem às necessidades da indústria mineral, da gestão territorial e da prevenção de riscos e acidentes naturais.

No âmbito do projeto Remplac, sob a coordenação do MME e executado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foram realizados estudos que visam a ampliar o conhecimento geológico e a potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Esses estudos têm como foco a amostragem de áreas específicas para análise de potencialidades minerais, dentre os quais se destacam as crostas cobaltíferas e os agrominerais, insumos majoritariamente oriundos da importação e destinados à fabricação de fertilizantes. Ainda visando à diminuição das importações dessas *commodities*, especificamente em relação ao fosfato em área continental, encontram-se em fase final os estudos de avaliação de possíveis depósitos localizados em 14 Estados.

Assim como em anos anteriores, a assistência técnica a pequenos produtores minerais e a busca pela formalização da atividade minerária fizeram parte das ações prioritárias do MME. Em 2010 o Projeto Extensionismo Mineral contou com mais de 800 capacitações, número também previsto para 2011. As ações de formalização estiveram ligadas ao Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor) e permitiram a regularização de títulos minerários e de licenças ambientais em regiões do Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, dentre outros. Além do aspecto jurídico, o Pronafor fomentou a organização social por meio de cooperativas e permitiu a capacitação técnica e gerencial de pequenos produtores, possibilitando uma mineração sustentável.





Em 2010 foi editada a Portaria nº 514, de 7 de maio, de Concessão de Lavra para aproveitamento mineral de ouro de Serra Pelada, primeira concessão da história condicionada por meio de Termo de Compromisso que vincula a Portaria de Lavra à cessação de sua eficácia caso não sejam atendidos todos os elementos previstos.

2. Transportes

A infraestrutura de transportes tem grande importância para a economia de um país, pois interfere diretamente em outros setores, a exemplo dos setores agrícola e industrial, impactando sua competitividade. Nesse sentido, ao longo do ano de 2010, o Governo implementou diversas intervenções para o aumento da eficiência da infraestrutura de transportes, de forma a reduzir os custos logísticos do setor produtivo e propiciar novos patamares de desenvolvimento social e econômico do País.

No setor de transporte rodoviário, o Governo Federal tem investido na manutenção da malha rodoviária atual e na ampliação, pavimentação ou adequação dos eixos estratégicos consolidados.

Em relação ao transporte ferroviário, a atuação prioritária refere-se à remoção de gargalos da malha ferroviária que limitavam as possibilidades de expansão do modal. Os investimentos realizados resultaram na ampliação da malha ferroviária de bitola larga, na recuperação e readequação da malha de bitola estreita, e no desenvolvimento de estudos para implementação do transporte ferroviário de passageiros de alta velocidade.

No âmbito do transporte hidroviário, uma das prioridades é a implantação de terminais hidroviários na Amazônia, visando a dotar a região de infraestrutura portuária condizente às necessidades da população local, com garantia de segurança no embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Além disso, o Governo também priorizou a ampliação da malha hidroviária por meio de grandes intervenções, como a conclusão das eclusas de Tucuruí e outras obras de manutenção de hidrovias, como dragagens e derrocamentos em pontos específicos.

O setor portuário também recebeu investimentos para ampliação da infraestrutura, tendo sido concluídas diversas obras que resultaram no aumento da capacidade de operação dos portos brasileiros. O Programa Nacional de Dragagem permitiu investimentos para a manutenção da profundidade adequada nos canais de acesso e bacias de evolução, e se consolidou como um instrumento importante para a adequação da infraestrutura portuária.

a) Transporte Rodoviário

No transporte rodoviário o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à duplicação dos eixos consolidados, à construção e pavimentação de eixos estratégicos e à manutenção e conservação de rodovias. Destacam-se ainda os esforços desenvolvidos para o aperfeiçoamento da cobertura do programa de manutenção de rodovias, o estabelecimento de programa de segurança, a redução de conflitos rodoviários em ambientes urbanos e a reformulação do modelo de concessões de exploração.

a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação e Restauração

O Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA) constituem novas formas de contratação e gerenciamento de serviços de manutenção de rodovias. Nos contratos convencionais de conservação, o prazo de vigência é de apenas um ano e não são abrangidas intervenções relevantes, tais como recuperação de passivo ambiental e manutenção da faixa de domínio. O PIR-IV reformulou a gestão terceirizada de rodovias, aplicando contratos de recuperação e manutenção com prazo de vigência de





dois anos. A política do Governo Federal prevê a transição gradativa das contratações do tipo PIR-IV e CREMA 1ª Etapa, que correspondem a contratos de dois anos com intervenções de caráter funcional, para o tipo CREMA 2ª Etapa. Este possui prazo de cinco anos e inclui intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias, o que garante a qualidade do pavimento por um prazo maior.

Em 2010 foram executadas obras de conservação tradicional em 19.800 km de rodovias, recuperação em 3.200 km (PIR-IV), restauração e conservação em 320 km (CREMA) e restauração de pavimento em 4.900 km (restauração tradicional ou contratos de adequação de capacidade rodoviária).

Para 2011, pretende-se dar prosseguimento aos contratos de manutenção de 23.000 km de rodovias sob o programa CREMA 1ª Etapa e de 15.000 km no CREMA 2ª Etapa, o que representa cerca de 69% da extensão total de rodovias federais pavimentadas.

a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal)

O Programa de Sinalização Rodoviária (ProSinal) tem como objetivo melhorar a sinalização da malha rodoviária federal, garantindo orientação adequada e segurança aos usuários.

Em 2010, foram sinalizados 15.000 km de rodovias por meio do ProSinal e mantidos cerca de 26.000 km. Para o exercício de 2011 está prevista a licitação para a implementação do programa ProSinal II em aproximadamente 15.900 km de rodovias federais pavimentadas.

a.3) Controle de Velocidade

O Programa de Controle de Velocidade visa a reduzir o número de acidentes nas rodovias federais por meio de instalação de equipamentos de controle de velocidade, como barreiras eletrônicas e radares fixos.

No exercício de 2010 foram licitados 2.696 equipamentos para monitoramento de 5.392 faixas de trânsito por cinco anos. Nos exercícios de 2011 e 2012 serão instalados os seguintes equipamentos: 1.130 barreiras eletrônicas (ou lombadas eletrônicas) nas áreas urbanas das rodovias, com o objetivo de fazer controle ostensivo de velocidade, e 466 equipamentos para fiscalizar o avanço de sinal vermelho e a parada sobre faixa de pedestre. Nos trechos rurais, serão 1.100 radares fixos, do tipo discreto.

a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem

Com o intuito de coibir o sobrepeso em veículos, evitando a deterioração prematura do pavimento, está prevista a implantação de dispositivos eficientes de controle de cargas, estrategicamente distribuídos nas principais rodovias federais. No exercício de 2010 foram elaborados estudos para a licitação, a ser realizada em 2011, de 157 postos de pesagem, sendo 94 fixos e 63 móveis.

a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Os empreendimentos rodoviários realizados em 2010 priorizaram as ações de adequação e construção de rodovias, principalmente aquelas estratégicas para o escoamento da safra, para a ampliação da fronteira agrícola e para a integração nacional. Com o objetivo de eliminar gargalos operacionais, tiveram destaque as obras a seguir, por Região:





Região Norte:

- BR-364/AC – Trecho entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, totalizando 349 km: concluídos 39 km em 2010;
- BR-317/AM – Trecho entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, totalizando 100 km: concluídos 49 km em 2010;
- BR-163/PA – Trecho entre a Divisa MT/PA e Santarém, totalizando 947 km: concluídos 58 km em 2010;
- BR-319/AM/RO – Trecho entre Porto Velho e Humaitá, totalizando 227 km: concluídos 200 km em 2010;
- BR-156/AP – Construção de ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, com 378 m de extensão e 1.900 m de acessos, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: executados, em 2010, 67% da mesoestrutura e 52% da superestrutura.

Para 2011 está prevista a conclusão das BR-364/AC, BR-317/AM, BR-163/PA, BR-319/AM/RO e BR-156/AP.

Região Nordeste:

- BR-101/RN – Duplicação e modernização do trecho entre Natal e a Divisa RN/PB, totalizando 81 km: concluídos 32 km em 2010;
- BR-101/PB – Duplicação do trecho entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, totalizando 129 km: concluídos 7 km em 2010;
- BR-101/PE – Duplicação e modernização do trecho entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, totalizando de 195 km, concluídos 10 km em 2010;
- BR-324/BA – Construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador: concluídos, em 2010, cinco viadutos e 4,6 km de pavimentação de vias de superfícies.
- BR-030/BA – Construção de 6 km de acessos e 1.200 m de ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha. Obra concluída em 2010;
- BR-135/MA – Duplicação de 15 km de acesso rodoviário ao Porto de Itaqui. Obra concluída em 2010;
- BR-135/PI – Pavimentação do trecho Jerumenha – Bertolínia. Obra concluída em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das BR-101/RN, BR-101/PB, BR-101/PE e BR-324/BA.

Região Sudeste:

- BR-040/MG – Duplicação de 48 km do trecho Trevo de Curvelo – Sete Lagoas. Obra concluída em 2010;
- BR-040/MG – Construção de 460 m do viaduto Vila Rica e 3,24 km de acessos. Obra concluída em 2010;
- BR-050/MG - Duplicação do trecho entre Uberaba, Uberlândia e Araguari, totalizando 138,6 km: concluídos 7,5 km em 2010;





- BR-365/050/MG – Construção de 20,5 km do Anel Rodoviário de Uberlândia/MG. Obra concluída em 2010;
- BR-146/MG – Construção de 111,4 km do trecho Patos de Minas – Araxá. Obra concluída em 2010;
- BR-251/MG – Construção do trecho Boqueirão – Cangalha, totalizando 90,2 km: concluídos 18 km em 2010;
- BR-262/MG - Duplicação de 7,5 km do trecho Betim – Nova Serrana. Duplicação concluída em 2010 e obras de arte especial previstas para março de 2011;
- BR-158/SP/MS – Construção de 1.700 m de ponte e 20,1 km do acesso à Ponte Pauliceia/SP – Brasilândia/MS: concluída a ponte e o acesso de Brasilândia em 2010;
- BR-101/RJ – Duplicação de 29 km do trecho Santa Cruz – Mangaratiba. Obra concluída em 2010;
- Construção de 61,5 km do Trecho Sul do Rodoanel no Estado de São Paulo. Obra concluída em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-050/MG, BR-251/MG, BR-262/MG e do acesso de Pauliceia/SP à ponte da BR-158/SP/MS.

Região Sul:

- BR-153/PR – Construção do trecho Ventania – Alto do Amparo, totalizando 84 km. Obra concluída em 2010;
- BR-376/PR – Construção do Contorno Norte de Maringá, totalizando 17,6 km: concluídos 4,1 km em 2010;
- BR-101/SC – Duplicação do trecho Palhoça – Divisa SC/RS, totalizando 249 km: concluídos 171 km em 2010;
- BR-101/RS - Duplicação do trecho entre a Divisa SC/RS e Osório, totalizando 249 km: concluídos 36,6 km em 2010;
- BR-16/RS – adequação do trecho Dois Irmãos – Rio Gravataí, totalizando 36km: concluído o complexo viário de Canoas; a ponte sobre o Rio dos Sinos; 66% da ponte sobre o Rio Gravataí; 65% dos viadutos do Rincão; e 54% do viaduto da Unisinos. Aberta a licitação do viaduto Sapucaia.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-376/PR, BR-101/SC, BR-101/RS e BR-116/RS.

Região Centro-Oeste:

- BR-020/DF – Adequação do trecho Sobradinho – Planaltina/DF (Divisa DF/GO), totalizando 44,1 km. Obra concluída em 2010;
- BR-080/GO – Construção do trecho Uruaçu – Luiz Alves, totalizando 116,8 km: concluídos 34 km em 2010;
- BR-153/GO – Duplicação do trecho Aparecida de Goiânia – Itumbiara, totalizando 187 km: concluídos 15,6 km em 2010;
- BR-359/MS – Construção do trecho entre Entr. BR-163 – Alcionópolis – Divisa MS/GO, totalizando 269,4 km: concluídos 37 km em 2010;





- BR-58/MT - Construção do trecho entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, totalizando 460 km: concluídos 130 km em 2010;
- BR-163/MT - Pavimentação do trecho entre a Divisa MT/PA – Travessia Urbana de Guarantã do Norte, totalizando 53 km : concluídos 11 km em 2010;
- BR-242/MT – Construção do trecho Ribeirão Cascalheira – Sorriso, totalizando 265,4 km: concluídos 37,0 km em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-080/GO, BR-153/GO, BR-359/MS, BR-158/MT, BR-163/MT e BR-242/MT.

Além da conclusão dos empreendimentos acima citados, destacam-se, para 2011, as seguintes obras:

- Duplicação da BR-365 entre Uberlândia e o Trevão, no entroncamento com a BR-153, no Estado de Minas Gerais;
- Continuidade das obras de implantação e pavimentação da BR-163 no Estado do Pará, com destaque para o trecho de Rurópolis à Divisa PA/MT;
- Duplicação da BR-392/RS entre Pelotas e Rio Grande, inclusive o Contorno de Pelotas (85 km) e a ponte sobre o canal de São Gonçalo (km 59), no Estado do Rio Grande do Sul; e
- Início de duplicação da BR-101 nos Estados de Alagoas e Sergipe.

a.6) Concessões Rodoviárias

O Programa de Concessão de Rodovias Federais constitui-se na delegação de trechos rodoviários a empresas privadas, para os casos em que o volume de tráfego e a redução de custos operacionais para o usuário viabilizem o financiamento dos investimentos com tarifas módicas.

A Fase II da 2ª etapa de concessões de rodovias federais, que abrange 680,6 km da BR-116/324/BA, teve seu leilão realizado em 2009, com vitorias dos trabalhos iniciais aceitas em novembro de 2010 e a cobrança nas praças de pedágio iniciadas em dezembro de 2010.

Além disso, foram iniciados os procedimentos preparatórios para a 3ª Etapa de concessões dos serviços e da exploração da infraestrutura rodoviária federal, cuja Fase I abrange 2.054 km das BR-040/DF/GO/MG, BR-381/MG e BR-116/MG. A Fase II da 3ª Etapa prevê a concessão de 475,9 km da BR-101/ES/BA. Em 2010, ocorreram audiências públicas a fim de colher contribuições relativas às minutas de edital e contrato.

Para 2011 estão previstas a revisão das 1ª e 2ª Etapas de concessão de rodovias, implicando na proposição de alterações contratuais, tendo por base estudos comparativos, e a implantação da 3ª Etapa de concessões rodoviárias, Fase I e II.

a.7) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (PROPASS BRASIL) foi criado em 2008, para propor a reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância. Em 2010 foi contratada uma pesquisa de abrangência nacional, a qual serviu de insumo para a elaboração do Plano de Outorgas e Projetos Básicos dos serviços de longa distância. O escopo do projeto foi ampliado e passou a contemplar os serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano e internacional de passageiros. As pesquisas operacionais referentes a essas duas outras modalida-





des de serviços foram concluídas em 2010. Para 2011 estão previstas a finalização dos estudos e a elaboração dos documentos formais para continuidade do processo de outorga e avanço no processo de licitação.

a.8) Transporte Rodoviário de Cargas

No que tange ao Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), iniciado em 2004, foi alterado legalmente em 2007, inserindo a comprovação de experiência como exigência adicional para os transportadores autônomos e a necessidade de responsáveis técnicos para empresas e cooperativas. Para o atendimento a esses dispositivos, a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), mediante parcerias, promoveu o registro de 1.255 mil transportadores e 2.070 mil veículos (base agosto/2010), assegurando as condições previstas na legislação.

Até o mês de novembro de 2010 houve 11.360.796 fiscalizações, quantitativo esse maior que o resultado da fiscalização em todo o ano de 2009 (8.129.162 fiscalizações). Do total de fiscalizações obtidas até novembro de 2010, 11.174.770 referem-se à modalidade excesso de peso, 116.241 a veículos em que foram encontradas irregularidades no RNTRC, 32.074 no que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório e 37.711 referentes ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC). Até o fim de novembro de 2010 foram lavrados 136.310 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas, ante 85.484 durante o ano de 2009.

Em 2010, reuniões bimestrais de coordenação foram realizadas visando ao acompanhamento das metas do Plano Anual de Fiscalização, além da programação de comandos especiais de fiscalização. Desses, destacam-se as operações especiais do transporte de passageiros no período do Carnaval e na Semana Santa, objetivando oferecer maior segurança aos usuários nesses períodos de grande demanda, e o comando nacional do RNTRC, que teve como objetivo contribuir para uma maior adesão dos transportadores ao calendário de cadastramento do RNTRC.

O ano de 2010 significou avanço no marco legal que alterou a sistemática de pagamento do frete rodoviário de carga. Trata-se de alteração da Lei nº 11.442/2007, com o objetivo de substituir a “carta-frete” como forma de pagamento de fretes rodoviários a caminhoneiros autônomos, garantindo o pagamento integral do frete. Outro resultado desse aperfeiçoamento legal será a possibilidade de modernizar a frota dos caminhoneiros autônomos.

b) Transporte Ferroviário

A atuação do governo no modal ferroviário em 2010 visou à ampliação do sistema ferroviário em bitola larga e de alta capacidade, a eliminação de pontos críticos e a recuperação de trechos defasados, complementando a malha de bitola estreita.

b.1) Expansão da Malha Ferroviária

I – FERROVIA NORTE-SUL (FNS)

- Tramo Norte/TO, trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, totalizando 504 km: executados 148 km em 2010, concluindo todo o tramo;
- Tramo Central/TO/GO, trecho entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, totalizando 575 km: executados 117 km em 2010;
- Tramo Sul/GO, trecho entre Uruaçu/GO e Anápolis/GO, totalizando 280 km: executados 54 km em 2010.





II – EXTENSÃO SUL DA FERROVIA NORTE-SUL (FNS)

- Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP, totalizando 670 km: contratadas obras e serviços em toda a extensão e emitida ordem de serviço para início das obras em 23 de dezembro de 2010.

III – FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE (FIOL)

- Trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA, totalizando 1.022 km: contratadas obras e serviços em toda a extensão. Emitida ordem de serviço para início das obras em 6 de dezembro de 2010, para o segmento entre Ilhéus e Caetité, totalizando 537 km.

IV – FERROVIA DA INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE (FICO)

- Tramo Campinorte/GO – Água Boa/MT, totalizando 383,3 km: projeto básico concluído em 23 de dezembro de 2010;
- Tramo Água Boa/MT – Lucas de Rio Verde/MT, totalizando 517,7 km: projeto básico contratado em 15 de dezembro de 2010.

V – FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA

- Missão Velha/CE – Salgueiro/PE, totalizando 96 km: executados 99% da infraestrutura, 18% da superestrutura e 90% das obras de arte especiais;
- Salgueiro/PE – Trindade/PE, totalizando 163 km: executados 78% da infraestrutura e 44% das obras de arte especiais;
- Trindade/PE – Eliseu Martins/PI, totalizando 420 km: executados 14% da infraestrutura e 3% das obras de arte especiais;
- Salgueiro/PE – Suape/PE, totalizando 522 km: executados 20% da infraestrutura e 7% das obras de arte especiais;
- Pecém/CE – Missão Velha/CE, totalizando 527 km: obras iniciadas em dezembro de 2010;
- Cabo/PE – Porto Real do Colégio/AL, totalizando 550 km: trecho concluído em junho/2010, mas atingido por enchentes, estando em avaliação o processo de recuperação.

VI – FERRONORTE

- Segmento 1 (km 0 – km 13, a partir de Alto Araguaia): concluído em setembro/2010;
- Segmento 2 (km 13 – km 176, a partir de Alto Araguaia): concluídos 72% da infraestrutura e 12% da superestrutura;
- Segmento 3 (Km 176 – Km 260) e Pátio de Rondonópolis (84 km): em fase de licenciamento ambiental.

Para 2011 estão previstos estudos e projetos para os seguintes novos trechos: Ferrovia da Integração Oeste-Leste, entre Barreiras/BA e Figueirópolis/TO, com 505 km; Conexão da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul, entre Eliseu Martins/PI e Estreito/MA, com 596 km; Extensão Norte da Ferrovia Norte-Sul entre Barcarena/PA e Açailândia/MA, com 480 km; Prolongamento da Ferrovia Norte-Sul entre Estrela d’Oeste/SP e Panorama/MS, com 220 km; Trecho Final Sul da Ferrovia Norte-Sul, entre Panorama/SP-Rio Grande/RS, com 1.620 km; Ferrovia do Pantanal, entre Panorama/SP – Dourado/MS – Porto Murtinho/MS, com 750 km; e Corredor Ferroviário do Paraná nos trechos Cascavel/PR – Dourados/MS, com 523 km.





b.2) Adequação e Melhoria da Malha Ferroviária

Em 2010, foi concluída a transposição sobre linha férrea no Município de Santa Maria/RS. Além disso, estão em execução o contorno ferroviário e o pátio de Tutoia, em Araraquara/SP, a transposição em Campos Altos/MG, o rebaixamento da linha férrea no município de Maringá/PR e o terminal intermodal de Campo Grande/MS. Em fase inicial de execução estão os contornos ferroviários de Joinville e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, os contornos ferroviários de Divinópolis, em Minas Gerais, e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, a ligação ferroviária entre o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Porto de Aratu, na Bahia, a adequação da linha férrea e construção do pátio Anísio Braz em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e a passagem inferior em Paverama, no Rio Grande do Sul. Em fase de elaboração de projeto executivo estão a transposição da via férrea no município de Bauru, em São Paulo, e a construção da ferrovia Litorânea Sul (Trecho Imbituba/SC – Araquari/SC).

Para 2011 está previsto o início do projeto da Ferrovia Corredor Santa Catarina (antiga Ferrovia do Frango). Além disso, em fase de licitação de obra para contratação em 2011 estão a construção de passagem superior sobre linha férrea em Alagoinhas, a construção de contorno ferroviário em Candeias na Bahia, obras complementares do contorno ferroviário em Barretos, construção de contorno ferroviário em Ourinhos, construção de viaduto sobre a linha férrea em São Carlos, construção de polo intermodal de cargas (contorno ferroviário) em Serrana e construção e projeto de viadutos sobre a linha férrea em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

b.3) Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer)

Os principais pontos críticos da malha ferroviária estão sendo diagnosticados pelo PROSEFER com o objetivo de estabelecer uma programação de inserção das obras relativas a esses pontos no próximo Plano Plurianual (PPA). Até o momento já foram avaliados 13.501 km de um total de 14.948 km de ferrovias selecionadas. A conclusão dos estudos está prevista para o início de 2011.

b.4) Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade (TAV)

O primeiro Trem de Alta Velocidade (TAV) do País ligará as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2010 foi assinada Carta Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantação de um programa para a gestão do projeto do TAV, no montante de US\$ 5 milhões, em duas frentes de trabalho: uma dedicada à avaliação de propostas na licitação da concessão e implantação do TAV e outra denominada Integradora dos Estudos Ambientais, voltada aos trabalhos de licenciamento ambiental. Nesse sentido, foi aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) financiamento no montante de cerca de US\$ 83 milhões para o projeto de estudos técnicos e ambientais de implantação do TAV, a serem executados ao longo de 2011 e 2012. Foram também estabelecidas condições técnicas e jurídicas necessárias para a abertura do processo licitatório, que se realizará em abril de 2011.

c) Transporte Hidroviário

No ano de 2010 foram concluídas as obras de construção de 11 terminais fluviais no Estado do Amazonas, nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro. Para 2011 está prevista a construção de terminais fluviais nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre, que aumentarão a comunicação regional de pessoas e mercadorias entre os Municípios que utilizam prioritariamente o modo hidroviário como meio de transporte.





A conclusão da obra das Eclusas de Turucurí, em 2010, associada a intervenções pontuais previstas no portfólio do PAC 2, possibilitarão a navegação numa extensão de 505 km entre Belém e Marabá, no Estado do Pará, permitindo um escoamento mais eficiente da produção agromineral da região. Dentre as demais intervenções realizadas, destaca-se a licitação da obra do derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado próximo a Itupiranga, no rio Tocantins, no Pará.

Em 2010 o Programa Manutenção de Hidrovias executou obras de manutenção da profundidade no canal de navegação, sinalização hidroviária nos trechos, destocamentos e retiradas de obstáculos em mais de 5.000 km de vias navegáveis nos principais rios federais. Em 2011, visando a aumentar a movimentação de cargas por via fluvial, estão previstos melhoramentos nas hidrovias do Madeira, São Francisco, Corredor do Mercosul, Tocantins e Paraná-Paraguai.

Em relação à atividade de planejamento do setor, foi publicado o documento “Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário”. Esse trabalho estabelece as diretrizes gerais para o fomento à navegação interior no Brasil, em consonância com os preceitos de garantia dos usos múltiplos das águas e planejamento integrado dos recursos hídricos. A meta é elevar a participação do modal hidroviário na matriz de transportes brasileira, possibilitando ao Brasil contar com os benefícios econômicos, ambientais e sociais dessa modalidade de transporte.

d) Fomento à Indústria Naval

Dos 354 projetos atualmente constantes da carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM), 177 estão contratados, sendo quatro estaleiros, dos quais três estão em construção – Atlântico Sul (Suape/PE), Navship (Navegantes/SC) e STX (Niterói/RJ, modernização) –, e 173 embarcações, das quais 93 estão em construção. Esses projetos envolvem mais de R\$ 11 bilhões em financiamentos. Os 177 projetos restantes aguardam contratação – 162 embarcações e 15 estaleiros –, representando um investimento total de R\$ 12,43 bilhões.

No que concerne ao ano de 2010, 17 empreendimentos foram concluídos, tendo recebido aproximadamente R\$ 800 milhões em financiamentos, e 48 foram contratados – esses últimos representando um montante de R\$ 4,2 bilhões em garantias de financiamentos. O número de postos de trabalho nos estaleiros cresceu em mais de 3 mil unidades (ou 6,7%) relativamente a 2009. Entre as obras, merecem destaque a conclusão da primeira fase do Estaleiro Atlântico Sul e o lançamento dos três primeiros navios do Projeto PROMEF – I.

O fomento à indústria naval também está contemplado no PAC II, a ser iniciado em 2011, garantindo a continuidade dos investimentos até então realizados.

e) Infraestrutura Portuária

As políticas e diretrizes do Governo para o desenvolvimento do setor portuário contemplam a melhoria da gestão e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

Em 2010, foram realizados, no âmbito do PAC 1, diversos investimentos no setor portuário, com destaque para os seguintes resultados:

Projetos concluídos

- Avenida Perimetral Portuária Margem Direita, em Santos, SP, Trechos 1 e 2;





- Recuperação do Berço 102 do Porto de Itaqui, MA;
- Estudos e Projetos do Terminal Múltiplo Uso no Porto de Vila do Conde, PA;
- Dragagem de Aprofundamento nos Portos de Rio Grande, RS, Angra dos Reis, RJ, Itaguaí, RJ, fase 2, Aratu, BA, Salvador, BA; e
- Dragagem do Canal Interno do porto de Suape.

Projetos em andamento

- Ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande, RS, 98% realizados;
- Berços 201 e 101 do Porto de São Francisco do Sul, SC, 72% e 82% realizados, respectivamente;
- Conclusão da Construção do Cais para Contêineres do Porto de Maceió, AL, 3ª fase, 98% realizados;
- Ampliação do Píer Principal do Porto de Vila do Conde, PA, 27% realizados;
- Ampliação e Adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca, RN, 43 % realizados;
- Construção do Berço 100 do Porto de Itaqui, MA, 55% realizados;
- Dragagem do Porto de Natal, RN, 45% realizados;
- Dragagem do Porto de Santos, SP, 40% realizados;
- Dragagem do Porto do Rio de Janeiro, RJ, 35% realizados;
- Dragagem do Porto de São Francisco do Sul, SC, 34% realizados;
- Dragagem do Porto de Fortaleza, CE, 30% realizados; e
- Dragagem do Porto de Cabedelo, PB, 12% realizados.

Projetos em contratação

- Avenida Perimetral Portuária Margem Esquerda, no Guarujá, SP Derrocamento do Canal e Plano de Desenvolvimento de Infraestrutura de Acessos Terrestres, no Porto de Santos, SP; e
- Dragagem de Aprofundamento do Porto de Itajaí, SC.

Elaboração de ações preparatórias para contratação

- Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui, MA;





- Dragagem do Canal Externo do Porto de Suape, PE;
- Dragagem dos Portos de Vitória, ES, e Paranaguá, PR; e
- Modernização do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande, RS.

Em face da necessidade de retomada do processo de planejamento dos portos brasileiros, foi contratada a elaboração do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), por meio de cooperação técnica com a Universidade de Santa Catarina. A partir do diagnóstico situacional, pretende-se elaborar prognósticos para avaliação de cenários e análise de conjunto de proposição de ações de médio e longo prazo que permitirão a tomada de decisões fundamentadas para expansão da capacidade e melhoria da eficiência portuária. No PNL P estão previstos os Planos Diretores Estratégicos para 12 Portos Públicos de importância estratégica nacional, com um investimento total de R\$ 30 milhões.

Complementarmente, a grande quantidade de procedimentos burocráticos e a complexidade de rotinas que envolvem o manejo da carga exigiram esforços no sentido de arregimentar todos os entes públicos que atuam nos portos, em especial a Receita Federal, Polícia Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Agricultura, no sentido de unificar, através de sistema que funcione como janela única, a coleta, distribuição e uso das informações necessárias à operação portuária. Esse projeto, denominado Porto Sem Papel, encontra-se em fase de produção para atendimento aos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, com investimentos totais de R\$ 22 milhões.

Em 2010, também foram editados marcos legais que merecem destaque, como a Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, que eleva a SEP ao status de Ministério, denominando-a Secretaria de Portos; o Decreto nº 7.262, de 12 de agosto de 2010, que aprova a estrutura regimental da Secretaria de Portos; e a Portaria SEP/PR nº 108/2010, que estabelece as diretrizes para outorga de concessão de novos portos organizados marítimos. Vale destacar que se encontram em conclusão duas propostas de decretos presidenciais relevantes para o setor: i) o decreto que estabelecerá procedimentos para a regularização ambiental dos portos e terminais marítimos brasileiros e instituirá o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária; e ii) o decreto que criará a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem com o objetivo de propor metodologia de formação de preços em cada zona de praticagem e medidas para o aperfeiçoamento da regulação do serviço.

Para o ano de 2011, pretende-se ainda:

- Concluir as obras de infraestrutura e acessos terrestres constantes do PAC 1: Ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES); recuperação dos berços 101 e 102 e construção dos berços 100 e 108 do Porto de Itaqui (MA); ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde (PA); construção do acesso rodoferroviário do Porto de Suape (PE); recuperação da infraestrutura do Porto de Luis Correia (PI); ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN); ampliação dos molhes e do cais público do Porto Novo de Rio Grande (RS); recuperação dos berços 101 e 201 do Porto de São Francisco do Sul (SC); e ampliação da Avenida Perimetral Margem Direita do Porto de Santos (SP).
- Iniciar algumas obras constantes do PAC 2, tais como: ampliação do quebra-mar do Porto de Salvador (BA); implantação do terminal de contêineres no Porto de Fortaleza (CE); ampliação do terminal de usos múltiplos, atualmente existente, e a construção de um novo terminal, no Porto de Santarém (PA); construção de novos terminais no Porto de Suape (PE); execução dos reforços estruturais dos cais da Gamboa e de São Cristóvão, no Porto do Rio de Janeiro (RJ); ampliação do cais do Porto de Natal (RN); continuidade do processo de modernização do cais do Porto de Rio Grande (RS); alinhamento dos berços do Porto de Itajaí (SC); construção da Avenida Perimetral Margem Esquerda do Porto de Santos (SP); ampliação dos píeres de atracação do Terminal da Alamoia e reforços estruturais de diversos berços em razão da dragagem, também no Porto de Santos (SP).





- Concluir os serviços de dragagem contratados com recursos do PAC 1 e dar continuidade ao Programa Nacional de Dragagem, no âmbito do PAC 2, com serviços a serem contratados para os Portos de Santos (SP); Imbituba (SC); Porto Novo de Rio Grande (RS); Areia Branca (RN); Barra do Furado (RJ); Rio de Janeiro (RJ); Itaguaí (RJ); Luís Correia (PI); Barra do Riacho (ES); e Maceió (AL).
- Promover as obras portuárias necessárias à realização da Copa do Mundo FIFA 2014: intervenções nos portos de Manaus (AM), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA), com vistas à construção ou modernização de terminais de passageiros; no porto do Rio de Janeiro (RJ), para a construção de píeres de atracação de navios de passageiros; e em Santos (SP), para o realinhamento do cais visando a aumentar a quantidade de navios atendidos simultaneamente.

Além das obras, serão necessárias as seguintes iniciativas no que se refere ao sistema portuário nacional:

- dotar a atividade portuária de mecanismos modernos de controle de tráfego de navios, rastreamento de cargas, armazenamento e gestão de dados e sistemas;
- adotar as providências necessárias à regularização ambiental das instalações portuárias e promover o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, em cumprimento à legislação ambiental;
- concluir o Plano Nacional de Logística Portuária, assim como os planos diretores dos principais portos do País;
- dar continuidade à modernização dos marcos legais, de forma a gerar segurança aos investimentos no setor;
- realizar estudo técnico para avaliação da organização institucional e da eficiência da gestão do setor portuário brasileiro;
- integrar os diversos modais de transporte, com vistas à contínua redução de custos e aumento da competitividade do produto nacional no comércio exterior;
- monitorar os convênios de delegação para a execução das atividades portuárias;
- institucionalizar o processo de profissionalização da gestão dos portos nacionais, redefinindo, inclusive, a estrutura e o papel dos conselhos da autoridade portuária, de forma a aumentar a eficiência do setor, a melhor utilização dos equipamentos públicos e a recuperação econômica e financeira das companhias;
- aprimorar o plano geral de outorgas portuárias, aperfeiçoando o sistema de concessões públicas e arrendamentos portuários;
- aprimorar as relações trabalhistas do setor, promovendo continuamente a requalificação da mão de obra, a implantação de um sistema unificado para a guarda portuária e o saneamento de passivos trabalhistas e previdenciários; e
- institucionalizar o processo de arbitragem para a fixação de preços de praticagem.

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A aviação civil brasileira manteve, em 2010, tendência de crescimento superior à verificada nos anos anteriores. A demanda por transporte aéreo cresceu 24,33% para os voos domésticos e 20,99% no segmento internacional, no período de janeiro a dezembro de 2010, se comparada ao mesmo período de 2009.





Um dos fatores fundamentais para o crescimento da demanda foi a redução do preço das passagens – que, por sua vez, foi impulsionada pela política de implantação gradual da liberdade tarifária adotada pelo Governo, a partir de 2008, para os voos internacionais com origem no Brasil.

A redução no preço das passagens domésticas foi motivada, em grande parte, por uma maior competição entre as empresas do ramo, contribuindo para a inserção de mais segmentos da sociedade brasileira no mercado consumidor do transporte aéreo.

No que se refere ao preço das passagens aéreas internacionais, é importante destacar que desde de abril de 2010 vigora o regime de liberdade tarifária nos voos regulares com origem no Brasil, em virtude do disposto na Resolução da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) nº 83, de 22 de abril de 2009. Tal medida vem contribuindo para o crescimento da demanda nesse segmento do transporte aéreo.

Também houve ampliação nos acordos aéreos bilaterais firmados entre Brasil e outros países, o que ampliou as oportunidades de surgimento de novos voos internacionais, com mais opções de rotas e menor tempo de conexão. Atualmente, mais de 1.000 voos partem todas as semanas do Brasil com destino a 78 países.

Da mesma forma, acordos firmados com os Estados Unidos e com a União Europeia, em 2010, consolidaram o processo de flexibilização do transporte aéreo brasileiro e contribuíram para o aumento da conectividade no território nacional. Em 2011, acordos a serem celebrados com Cuba, Costa Rica e Nicarágua consolidarão a aproximação do Brasil com o Caribe e a América Central.

A despeito do crescimento do transporte aéreo em 2010, os índices de atraso e cancelamento de voos domésticos e internacionais foram mantidos em padrões compatíveis com os de 2009. De 1º de janeiro a 1º de dezembro de 2010, houve 5,04% de voos cancelados e 4,58% de voos com atraso superior a uma hora, de um total de cerca de 907 mil partidas programadas. No mesmo período de 2009, 4,98% dos voos foram cancelados e 3,73% tiveram atraso de mais de uma hora – as partidas programadas, contudo, somaram 649 mil. Apesar do índice de cancelamento dos voos e os atrasos superiores a uma hora terem aumentado, observa-se um aumento significativo no número de voos realizados - 649 mil em 2009 para 907 mil em 2010 (aumento de 39%).

Buscando resguardar os direitos dos passageiros, em especial em casos de voos atrasados ou cancelados, além das situações de preterição, foi editada a Resolução nº 141 da Anac, que definiu obrigações e procedimentos que as empresas aéreas devem observar nesses casos. Tal regulamentação foi aprovada após amplo processo de discussão pública e traz inovações quanto aos direitos dos passageiros do transporte aéreo. Entre elas estão a redução do prazo em que a empresa deve prestar assistência ao passageiro e a ampliação do direito à informação e a obrigação de reacomodação imediata nos casos de voos cancelados, interrompidos e para os passageiros preteridos de embarcar em voos com reserva confirmada. Pela norma anterior, a companhia aérea podia esperar até quatro horas antes de começar a providenciar a reacomodação em outro voo, o reembolso do valor pago ou mesmo facilidades de comunicação e alimentação para o passageiro prejudicado. Com a nova regulamentação, grande parte dessas providências passa a ser imediata.

Para que se promova a melhoria da infraestrutura aeroportuária brasileira, é fundamental que se direcione maiores investimentos para o setor, inclusive com a participação da iniciativa privada. Assim, foi dado importante passo na concessão de aeroportos à iniciativa privada, com a publicação do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de concessão para exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que atenderá à região metropolitana de Natal (RN). A Anac, que atuará como poder concedente, abriu audiência pública, no período de 25 de agosto a 24 de setembro de 2010, para tratar do edital da concessão. Há previsão de que esse instrumento seja publicado no primeiro semestre de 2011.





Os investimentos públicos na infraestrutura aeroportuária em aeródromos de interesse regional, de baixa e média densidade de tráfego, realizados por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), continuaram em 2010. O Governo vem trabalhando na atualização da metodologia de execução desse programa, na revisão dos critérios técnicos de aplicação dos recursos financeiros e na adequação da legislação vigente. Espera-se para 2011, como efeito das medidas propostas, o aumento da acessibilidade em Regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil, com o surgimento de novas ligações aéreas de baixa e média densidades de tráfego e o desenvolvimento da economia local em segmentos como o turismo.

Destaca-se também a atuação do Conselho de Aviação Civil (CONAC), órgão de assessoramento do Presidente da República, na definição de políticas públicas para o setor. O CONAC aprovou, no ano de 2010, resoluções relativas ao transporte aéreo internacional e à segurança operacional, questões de relevância na agenda governamental para a aviação civil. Tais resoluções têm como fundamento as diretrizes contidas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009. Em 2011 deverá ser concluída a proposta do Plano Aeroviário Nacional (PAN), que contemplará o planejamento de médio e longo prazos, até 2030, para investimentos no setor aéreo e sua integração com outros modais de transporte.

A segurança operacional da aviação foi tratada por meio da Resolução nº 003 do CONAC, de 23 de setembro de 2010, que apresentou diretrizes para a mitigação dos riscos decorrentes do perigo aviário nos aeródromos brasileiros e suas imediações. Cabe registrar que, em 2010, o Brasil apresentou índices de segurança melhores do que aqueles dos três anos anteriores. Em 2010, foram registrados 102 acidentes, contra 111 em 2009, 109 em 2008 e 101 em 2006. Dessa forma, em 2011 prosseguir-se-á com a atualização da legislação e com o trabalho de conscientização dos agentes envolvidos sobre a prevenção de acidentes aeronáuticos. Além disso, serão necessários investimentos na formação e capacitação de profissionais e a intensificação das ações de fiscalização por parte dos órgãos e entidades vinculados às atividades da aviação civil.

Para atender à crescente demanda do setor de aviação civil, o Governo brasileiro, por intermédio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vem investindo na ampliação e na modernização dos 67 aeroportos de sua responsabilidade. Nesse sentido, a Infraero vem realizando obras que, em sua maioria, estão contempladas no PAC, sendo que algumas foram concluídas em 2010 e outras estão em andamento, com previsão de término para os próximos anos.

No rol das obras concluídas no ano de 2010, destacam-se:

- a revitalização do terminal de passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho;
- a substituição de 37,6 mil m² de forro e luminárias do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim;
- a reforma e revitalização do sistema de luzes de aproximação (ALS) e *flash* das cabeceiras 10 e 15 da pista de pouso do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim;
- a conclusão parcial do conector do atual terminal de passageiros para operação de mais duas pontes de embarque do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre;
- o fornecimento, implantação e montagem das estruturas e instalações do módulo operacional - MOP para o Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles; e
- o fornecimento, implantação e montagem das estruturas e instalações do MOP para o Aeroporto de Goiânia – Santa Genoveva.





No exercício de 2011, a Infraero prosseguirá com a realização de ações voltadas para a melhoria da prestação de serviços nos aeroportos do País. Assim, a empresa dará continuidade à aquisição de veículos operacionais, ônibus, microônibus e caminhões-pipa; equipamentos e materiais para laboratório de análise de solos, rocha, concreto e asfalto; sistemas de docagem; esteira de bagagem e pontes de embarque e implantação de MOP nos Aeroportos de Ilhéus, Imperatriz e Guarulhos.

Há previsão de conclusão, em 2011, entre outras, das seguintes obras:

- construção da PR-FE, ampliação da PR-B e recuperação de trecho da pista 09R/27L do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro;
- construção da pista de táxi de saída rápida do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro;
- construção da infraestrutura e das novas edificações do DTCEA e torre de controle do Aeroporto de Macaé;
- construção do novo pátio de aeronaves do Aeroporto de Parnaíba;
- construção da torre de controle do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães;
- construção da torre de controle do Aeroporto Internacional de Congonhas – São Paulo;
- construção da nova torre de controle do Aeroporto de Belo Horizonte – Pampulha;
- obras de adequação das áreas de embarque e desembarque dos terminais de passageiros 1 e 2 do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro; e
- obras e serviços de infraestrutura e instalação do ILS Cat II com DME na pista 09L e 27L do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.

Dos projetos concluídos em 2010, figuram entre os mais relevantes:

- a elaboração do projeto da reforma do corpo central do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek (1ª fase da reforma);
- projeto básico de reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins;
- projeto básico de construção do novo terminal de passageiros e edificações complementares do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca;
- projeto executivo da ampliação do sistema de pátios do Aeroporto Internacional Afonso Pena – Curitiba;
- projeto executivo do alargamento das interseções da recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim; e
- projetos básico e executivo da construção da pista de táxi de saída rápida do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.





Planeja-se concluir, em 2011, entre outros:

- o projeto para reforma e ampliação sul do terminal de passageiros e pátio do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitscheck;
- projeto de restauração das pistas de táxi K, Z, L, C e G, bem como projeto da pista de táxi R de ligação ao novo viaduto de aeronaves e RESA nas quatro cabeceiras do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitscheck;
- projeto básico de ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza;
- projeto para reforma do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador Deputado – Luís Eduardo Magalhães; e
- projeto da torre de controle do Aeroporto Santa Maria – Aracaju.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O setor de telecomunicações tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que sua evolução proporciona benefícios no que se refere ao aumento da produtividade dos agentes econômicos, à atração de novos investimentos e ao aumento das taxas de emprego e renda da população.

Nesse contexto, o Governo Federal priorizou ações como a troca de obrigações de universalização dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), que são unidades com acesso à Internet em linha discada, de baixa velocidade, constantes do segundo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), pela extensão da infraestrutura de banda larga de maior velocidade (*backhaul* ou enlaces de entroncamento), a todos os 5.565 Municípios do País, sendo que em dezembro de 2010 já estavam atendidos 5.415 Municípios com infraestrutura que permite conexão em banda larga e outros 149 Municípios prontos para atendimento, via tecnologia satelital, assim que houver demanda da sociedade.

Alinhado à política de expansão da infraestrutura de redes digitais de banda larga, e com implantação concluída em 2010, o Programa Banda Larga nas Escolas, negociado com as prestadoras de serviços de telecomunicações, prevê o fornecimento gratuito, até o final dos atuais contratos de concessão, em 2025, de conexão banda larga de 1 Mbps em todas as escolas públicas urbanas de ensino básico, em um total de 62.864 escolas.

Na disseminação da tecnologia de Terceira Geração (3G) da telefonia móvel, as obrigações de cobertura estabelecidas no edital do leilão das licenças permitiram que, em dezembro de 2010, 5.529 Municípios contassem com o serviço móvel pessoal, cujas redes são capazes de prover banda larga em velocidades superiores a 1 Mbps.

No contínuo processo de ampliação da infraestrutura de telecomunicações, foi elaborada a proposta do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que vigorará no período de 2011 a 2015, com o objetivo de aumentar progressivamente a universalização de acessos individualizados e coletivos, e de ampliar a capacidade da infraestrutura de rede para conexão em banda larga, buscando-se reduzir as desigualdades regionais e as barreiras de atendimento à população. No âmbito da telefonia, foram propostas novas metas para ampliação do atendimento obrigatório de mais de 90.000 Telefones de Uso Público (TUP), contem-





plando todas as escolas e postos de saúde rurais do País, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, postos da Polícia Rodoviária Federal, assentamentos de trabalhadores rurais, unidades de conservação ambiental de uso sustentável e organizações militares. Esse contingente soma-se às 6.651 novas localidades já atendidas no período de 2006 a 2009, e expande de modo significativo a cobertura nas regiões mais remotas e carentes.

b) Avanços na Regulação

Em consonância com as políticas públicas de telecomunicações, em 2010 as ações para desenvolvimento do setor foram balizadas pelo Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), conferindo transparência e previsibilidade à regulação do setor de telecomunicações brasileiro. Especial atenção foi dispensada aos projetos do PGR associados aos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga, instituído por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010.

Até novembro de 2010 foram emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) 13 Resoluções com grande impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados. Merecem destaque: i) a Resolução nº 550, sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, que permitirá o ingresso no mercado de prestadores que não possuam licença para uso de frequências e eventualmente não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações, com impacto positivo para a competição no setor; ii) a Resolução nº 549, sobre Remuneração pelo Uso de Redes do Serviço Móvel Pessoal, que determina quais os Grupos de Prestadoras de Serviço Móvel Pessoal são considerados detentores de participação de mercado significativa na oferta de interconexão em rede móvel nas suas respectivas áreas de prestação, com potencial importante para estimular a competição entre operadoras do serviço móvel; iii) a Resolução nº 548, sobre avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências, que tem por objetivo promover o uso eficiente do espectro, que se caracteriza como recurso público escasso; e iv) a Resolução nº 537, sobre alterações nas Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 3,5 GHz, atribuindo a faixa de radiofrequências de 3.400 MHz a 3.600 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, para que instituições públicas possam contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.

Para o setor de TV por Assinatura, destaca-se a publicação, em dezembro de 2010, do novo Planejamento do Serviço de TV a Cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que substituiu o anterior, de 1997, e estabelece que não haverá limite ao número de outorgas do Serviço de TV a Cabo e do Serviço MMDS, salvo em caso de indisponibilidade de radiofrequência. Com a publicação do planejamento, espera-se para 2011 a retomada do processo de outorga para a prestação do serviço de TV a Cabo e um avanço desse serviço para todos os Municípios.

Em 2011, outros importantes instrumentos regulatórios serão concluídos ou irão à Consulta Pública, com destaque para o Plano Geral de Metas de Competição, os Regulamentos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Telecomunicações, o Regulamento sobre Resolução de Conflitos, os Regulamentos de Sanções Administrativas e de Fiscalização e a licitação internacional para a contratação da consultoria de Implementação do Modelo de Custos.

c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital

O setor de telecomunicações é um dos mais dinâmicos da economia. E esse dinamismo é a expressão de uma elevada competitividade no setor – que, por sua vez, está alicerçada na inovação e no desenvolvimento tecnológico. O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), criado em 2000, é hoje um mecanismo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico específico para o setor de telecomunicações e vem, desde a sua criação, apoiando diversos projetos relevantes de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em instituições científicas e tecnológicas e empresas em todas as regiões do País.





Em 2011, o Funttel deverá ter seu orçamento ampliado para R\$ 200 milhões, em recursos não reembolsáveis, mais R\$ 50 milhões para a ação reembolsável. Também para 2011 espera-se a conclusão do processo de elaboração de nova regulamentação para o Fundo, com vistas a estabelecer um mecanismo mais efetivo para operacionalizar as transferências legais à Fundação CPQD e conferir maior autonomia decisória aos agentes financeiros do Funttel na gestão dos recursos reembolsáveis.

As transmissões da TV Digital brasileira, iniciadas em 2 de dezembro de 2007 em São Paulo, já atingem mais de 89,5 milhões de brasileiros, em 425 Municípios. Por medida do Governo, a partir de 2010 todos os televisores de *Liquid-Crystal Display* (LCD) ou de plasma, com diagonal de tela igual ou superior a 32 polegadas, deverão ter o receptor para os sinais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) integrados. A partir de 2011, a medida atingirá, também, os televisores com diagonal de tela maior que 26 polegadas e em 2012 todos os aparelhos de TV com essas tecnologias deverão ser capazes de sintonizar sinais da TV Digital.

Em julho de 2010, o *middleware* de interatividade da TV brasileira, conhecido como GINGA, passou a estar completamente especificado e padronizado no País. Para que a população brasileira possa usufruir de aplicativos interativos, é necessário, além da transmissão desses aplicativos, que os televisores tenham o GINGA instalado. Nesse sentido, o MC já iniciou os procedimentos para alterar novamente o Processo Produtivo Básico (PPB) dos televisores, de forma que se torne obrigatória a instalação do GINGA em todos os televisores que tenham receptores do sinal digital.

Paralelamente ao esforço para levar os sinais de TV Digital interativa a todo o território nacional, o Governo tem se empenhado em uma campanha diplomática para difundir o padrão no mundo. Até dezembro de 2010, além do Brasil, dez outras nações já haviam se decidido oficialmente pela utilização dessa tecnologia como seu padrão de televisão digital: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Filipinas, Japão, Paraguai, Peru e Venezuela. Com isso, os sinais do padrão nipo-brasileiro de TV Digital serão irradiados sobre uma população de mais de 550 milhões de habitantes. Os esforços de difusão externa do padrão brasileiro continuam com ações previstas, sobretudo na África e América Central.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Até dezembro de 2010 foram realizadas aproximadamente 18.000 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado. Vale destacar que 93% dos recursos disponíveis para ações de fiscalização foram direcionados para atividades de interesse coletivo. Como resultado dessas ações, foram instaurados 3.325 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Ao longo do exercício de 2010, foram julgados pelo Conselho Diretor da Anatel 8.906 Pados e, destes, 7.498 geraram sanções de multas, totalizando cerca de R\$ 2,5 bilhões.

e) Serviços Postais

e.1) Universalização dos Serviços Postais

O provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais enfrenta o desafio de responder às transformações demográficas e urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil, de forma que os distritos com mais de 500 habitantes, referência para o estabelecimento das metas de atendimento, passassem de 1.537 para quase 2.200. Nesse sentido, durante o ano de 2010 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deu continuidade ao aumento no quantitativo de agências próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.257 localidades, e foi dada continuidade à instalação de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.





A ECT conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos Municípios e, até dezembro de 2010 atendeu à demanda por serviços postais distribuindo mais de 8,8 bilhões de objetos nos 55,5 milhões de domicílios do Brasil.

e.2) Exportação por Remessas Postais

O sistema simplificado de exportação por remessas postais permite que milhares de empresas, principalmente as micro e pequenas empresas nacionais, possam ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal, valendo-se da facilitação do despacho aduaneiro e da redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, ampliando a base exportadora e os resultados da balança comercial e contribuindo, assim, para o desenvolvimento socio-econômico do Brasil. Desde a implantação da modalidade, em 1999, até o mês de novembro de 2010, acumulou-se o valor de US\$ 1,33 bilhão, sendo que nos 11 meses de 2010 as exportações simplificadas resultaram em US\$ 238,6 milhões.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2010, o Governo Federal continuou a participar ativamente nos organismos postais dos quais faz parte, como União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), União Postal Universal (UPU), Mercosul e Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), com uma atuação voltada ao desenvolvimento e aprimoramento do intercâmbio de correspondências e encomendas e demais serviços postais internacionais, além de fortalecer a integração hemisférica e buscar processos decisórios mais abertos a um número maior de países no âmbito postal, principalmente àqueles em desenvolvimento.

e.4) Inovações dos serviços

No que se refere às inovações dos serviços, destacam-se o Programa Leve-Leite, que distribui latas de leite aos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo; a Operação Enem, que distribui as provas do Exame Nacional do Ensino Médio; a Operação Remédio em Casa, que por meio de contratos com governos estaduais e municipais realiza a logística de distribuição de medicamentos; a Gestão de Armazenagem, que consiste no gerenciamento de materiais de terceiros em ambiente da ECT e/ou do próprio cliente; e os serviços de Logística Reversa, decorrentes de maior conscientização da sociedade com relação à questão ambiental.

f) Radiodifusão

f.1) Radiodifusão Comunitária

O Ministério das Comunicações buscou ao longo dos últimos oito anos a universalização dos serviços de radiodifusão. Isso representa a presença de pelo menos um serviço de radiodifusão em cada Município, e o pleno acesso à informação e à liberdade de expressão no setor de comunicação eletrônica.

Perseguindo esse objetivo, foram concedidas 305 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária em 2010, totalizando 4.210 entidades autorizadas a executar esse tipo de serviço de rádio em todo o País, sendo que, dessas, mais de 3.100 entidades já possuem a licença provisória ou definitiva emitidas. Para o ano de 2011 a perspectiva é continuar avançando na universalização da radiodifusão.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

No que se refere à radiodifusão comercial e educativa, atualmente existem 4.962 entidades autorizadas a executar os serviços





de radiodifusão sonora comercial e educativa (rádio), 512 canais de geradoras de televisão e mais de 10.100 autorizações para retransmissão de televisão. Só em 2010 foram concedidas 11 outorgas para emissoras de rádio e TV educativas e 140 para emissoras de rádio e TV comercial. Ainda em 2010, foram autorizadas 209 entidades para executar o Serviço Retransmissão de Televisão (RTV).

Outro resultado importante foi o avanço nas consignações de canais digitais. Até o momento foram consignados mais de 185 canais de televisão digital (TV-D) e mais de 30 canais de retransmissoras de televisão (RTV-D). Desse total, só no ano de 2010 foram consignados 18 canais de TV-D para capitais e 30 consignações para cidades-polo dos Estados, além de 22 canais de RTV-D.

Para 2011, dando continuidade ao processo de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, está prevista a expansão das consignações de transmissões digitais para as capitais e novas consignações para as cidades-polo dos Estados ainda não contempladas, realizando assim a interiorização da TV Digital.

f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

Desde 2009 o Ministério das Comunicações (MC) vem avançando nos testes e avaliações com sistemas de radiodifusão sonora digital, sistema DRM (*Digital Radio Mondiale*). Durante essa fase, o consórcio DRM fornece os equipamentos necessários e o MC coordena os testes que estão sendo realizados em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O principal objetivo é subsidiar tecnicamente a definição do padrão brasileiro de Radiodifusão Sonora Digital.

5. Saneamento

A política governamental para o setor de saneamento se manifesta, basicamente, sob duas linhas estratégicas de atuação: a implementação de programas de investimentos, especialmente através das intervenções incluídas no PAC, e o apoio às ações destinadas à melhoria da gestão dos serviços de saneamento básico, notadamente nos aspectos relacionados ao planejamento, fiscalização e controle social. Assim, nos últimos anos, além de apoio financeiro aos Estados e Municípios para a implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de saneamento, o Governo Federal tem priorizado algumas ações fundamentais como estratégia para viabilizar uma atuação consoante à Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as Diretrizes para o Saneamento Básico. A referida Lei atribuiu ao Governo Federal, sob a coordenação do Ministério das Cidades (MCID), a responsabilidade de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) como principal instrumento para a efetivação da Política Nacional de Saneamento Básico e como orientador dos planos municipais de saneamento.

Portanto, no âmbito institucional, estão se consolidando as condições para praticar os avanços alcançados com a instituição do novo marco regulatório para o setor de saneamento. A esses progressos são somados a sanção da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e os esforços na condução do processo de elaboração do Plansab desde 2009. O Plansab inclui a fixação de metas de cobertura e qualidade dos serviços de saneamento, a definição das ações e estratégias governamentais para alcance das metas, bem como mecanismos de controle, monitoramento e avaliação de sua implementação. A elaboração do plano envolveu discussões que permearam toda a sociedade e incluiu a realização de eventos e seminários contemplando a diversidade territorial e a abrangência temática do plano, proporcionando aos entes federados, aos prestadores de serviço e aos diferentes segmentos da sociedade a possibilidade de acompanhar e contribuir ao longo do processo.

A Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu o ciclo de prioridades para a gestão desses resíduos, compreendendo a não geração, a redução, o reuso, a reciclagem, o tratamento e a destinação final. A Lei ainda prevê a necessidade de





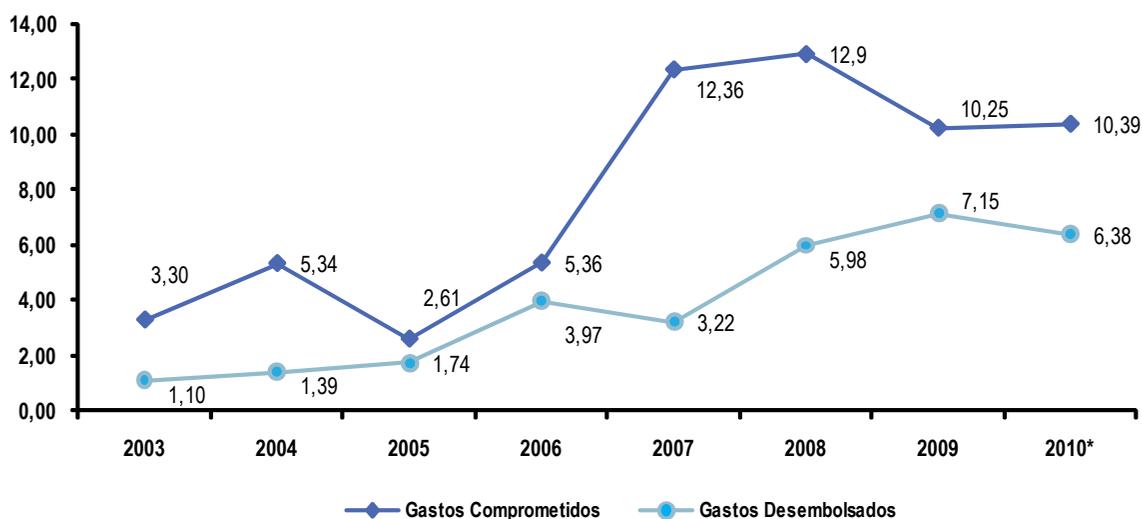
elaboração de planos de resíduos sólidos em várias esferas da administração pública e do setor privado; a estruturação de cadeias de logística reversa a fim de retornar mercadorias e embalagens ao setor produtivo após o seu ciclo de vida, tal como hoje já ocorre com pilhas e pneus; a ampliação da cobertura por coleta seletiva; e a implantação de mecanismos de disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos em todos os Municípios.

Com o lançamento do PAC em 2007, reverteram-se as limitações financeiras que restringiam os novos investimentos, elevando o volume de contratações de uma média de R\$ 3 bilhões anuais, verificada de 2003 até 2006, para cerca de R\$ 10 bilhões por ano até 2010. O aporte de R\$ 40 bilhões para investimentos durante o quadriênio do PAC (2007 a 2010) representou, além da garantia de fluxo constante de crédito num horizonte de médio prazo, uma iniciativa marcada pela concertação federativa, cooperação entre a União, Estados e Municípios e retomada do investimento estatal em saneamento.

Salienta-se que, além de promover o crescimento econômico, a natureza dos investimentos priorizados pelo PAC vem reforçar as ações que visam a redução da pobreza e a desigualdade social. Ademais, o saneamento é agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social.

O gráfico abaixo revela a evolução dos investimentos públicos aplicados (comprometidos e desembolsados) em saneamento básico, evidenciando os esforços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Nota-se que os valores comprometidos entre 2007 e 2010 (média dos últimos quatro anos) é 176,4% superior aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 a 2006 (média dos quatro anos anteriores). O aumento das contratações já reflete positivamente nos desembolsos: na comparação com o período 2003/2006, os valores médios desembolsados entre 2007/2010 são 177,2 % superiores. Esse resultado é decorrência do aumento expressivo da disponibilidade de recursos proporcionada pelo PAC.

Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados em Saneamento Básico (R\$ bilhões) Período 2003 a 2010



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades.

* Valores preliminares para 2010

As séries foram indexadas pelo IGP-DI de junho de 2010. Inclui gastos em saneamento do Ministério das Cidades, Funasa, Ministério da Integração, Ministério do Meio ambiente e outros.





Para o setor de saneamento, as medidas institucionais, econômicas e de gestão previstas no PAC propiciaram alterações legislativas com vistas à ampliação do volume de recursos orçamentários, ao aumento do efetivo de recursos humanos responsáveis pela gestão dos investimentos, à simplificação de instrumentos licitatórios e de mecanismos de transferências de recursos, e ao estímulo ao crédito e ao financiamento para o setor público.

No planejamento do PAC, do montante a ser alocado pelo MCID, de 2007 a 2010, R\$ 8 bilhões foram provenientes do Orçamento Geral da União e R\$ 20 bilhões oriundos de fundos públicos, por meio de empréstimos realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Somado a esse montante, foram acrescidos R\$ 8 bilhões em contrapartidas dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

No MCID, até 11 de janeiro de 2011, foram selecionados empreendimentos que ultrapassam R\$ 36 bilhões, sendo 59,2% provenientes de recursos de empréstimos do FAT e do FGTS (recursos onerosos) e 40,8% do OGU (recursos não onerosos).

Do montante selecionado, foram contratados investimentos totais de R\$ 35,3 bilhões em mais de 1.700 empreendimentos, conforme demonstra a tabela seguinte. Tendo em vista a necessária melhoria das condições de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos, cerca de 40% dos recursos foram destinados a investimentos na ampliação e em melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário. A prioridade conferida ao esgotamento sanitário foi orientada, principalmente, pelos baixos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos. Além de considerar os precários indicadores do esgotamento sanitário no Brasil, o programa também buscou reverter o perfil das iniciativas do Governo Federal, em que, historicamente, predominaram os investimentos em abastecimento de água.

Total de Investimentos Contratados e em Contratação do PAC, por modalidade, sob gestão do MCID (R\$)

Modalidade	Situação dos Investimentos		Total Geral
	Contratado	Em Contratação	
Abastecimento de Água	7.939.770.099,51	214.457.594,60	8.154.227.694,11
Desenvolvimento Institucional	1.058.618.237,53		1.058.618.237,53
Esgotamento Sanitário	14.070.098.611,29	198.065.912,24	14.268.164.523,53
Estudos e Projetos	167.948.797,28	10.727.320,12	178.676.117,40
Manejo de Águas Pluviais	5.088.282.578,27	466.593.395,33	5.554.875.973,60
Manejo de Resíduos Sólidos	205.886.319,51		205.886.319,51
Saneamento Integrado	6.740.218.424,81	52.680.465,30	6.792.898.890,11
TOTAL GERAL	35.270.823.068,20	942.524.687,59	36.213.347.755,79

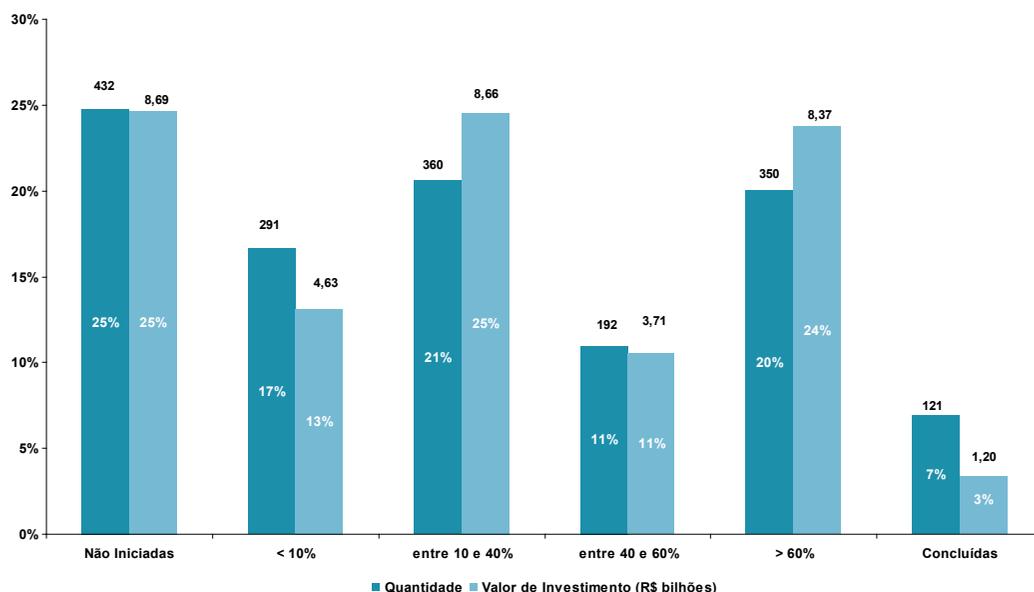
Fonte: BDSAN - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Dados de 11 de janeiro de 2011

Na análise da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC, observa-se que, dos R\$ 35,3 bilhões, foram executados R\$ 11,36 bilhões, correspondentes ao valor liberado pela União, que representa uma execução média de 32,2% dos recursos totais contratados. O gráfico seguinte detalha a execução física acumulada dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos do PAC, entre os anos de 2007 e 2010. Nota-se que grande parte dos empreendimentos, cerca de 75% das operações totais (R\$ 26,5 bilhões), já tiveram suas obras iniciadas e encontram-se nas diversas fases de execução. Além disso, constata-se que 7% das operações foram concluídas (121 empreendimentos), o que equivale a investimentos de R\$ 1,2 bilhão, cerca de 3% dos valores totais contratados.





Investimentos do PAC em Saneamento Básico - Contratados entre 2007 e 2010



Fonte: BDSAN - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades
Dados de 11 de janeiro de 2011

Vale destacar que em 2010 foram selecionados investimentos de R\$ 1,48 bilhão em 36 empreendimentos. Desse montante, até janeiro de 2011 foram contratados 21 empreendimentos, que somam investimentos de R\$ 1,27 bilhão.

As ações de saneamento desenvolvidas em Municípios de pequeno porte, de responsabilidade do Ministério da Saúde por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tiveram foco sobre o controle de doenças e agravos em populações com fragilidade de inserção social, tendo forte apoio na continuidade das ações de saneamento ambiental. Em 2010 alcançou-se a contratação acumulada de 6.390 empreendimentos, resultando em um cenário favorável para a política de saneamento em áreas especificamente priorizadas, conforme descritas a seguir.

- Saneamento em áreas indígenas – foram priorizadas e contratadas 2.163 obras em 1.432 aldeias indígenas;
- Melhoria das condições de habitação na zona rural em áreas endêmicas da doença de Chagas e de ações de manejo ambiental e drenagem urbana para o controle da malária – restauração e reconstrução de casas e ações de melhoria ambiental em 53 áreas indígenas;
- Ampliação, em 113%, da oferta de sistemas de esgotamento sanitário, alcançando 495 Municípios, superando os 464 previstos para o final de 2010, dos quais 21 foram implantados em 2010, beneficiando mais de 370 mil famílias, cerca de 1,5 milhão de pessoas;
- Ampliação, em 106%, da oferta de sistemas de abastecimento de água, totalizando 1.202 Municípios, superando os 1.132 previstos inicialmente para até 2010. Dessas implantações, 76 ocorreram, beneficiando aproximadamente 649 mil famílias, correspondentes a 2,6 milhões de pessoas; e
- Implantação de ações de saneamento domiciliar e módulos sanitários: da programação de até 500 Municípios para até 2010, foram contemplados 597 Municípios, 35 dos quais em 2010.





O saneamento rural envolve as ações de abastecimento de água e solução adequada para os dejetos depositados em comunidades rurais com população inferior a 2.500 habitantes, priorizando as intervenções em escolas rurais. Até 2010 foram atendidas 807 escolas das 889 inicialmente programadas, 138 das quais em 2010, significando o atendimento de 91% da meta prevista para o período 2007/2010.

Já as ações de saneamento em comunidades rurais contemplaram 1.382 comunidades, beneficiando cerca de 125 mil famílias.

Destacam-se ainda:

- Implantação de ações de saneamento em 362 das 380 comunidades em áreas quilombolas programadas, das quais 74 foram beneficiadas no exercício de 2010, representando o atendimento de 95% da meta prevista para o período de 2007/2010.
- Implantação de 22 laboratórios de controle da qualidade da água para consumo humano, dos 25 inicialmente programados, o que representa o atingimento de 88% da meta prevista para o período 2007 a 2010; e
- Apoio a 171 cooperativas para desenvolvimento de projetos de coleta e reciclagem de materiais, das 210 programadas, representando 81% da meta prevista para o período 2007 a 2010, das quais 124 em 2010.

As perspectivas para 2011 contemplam as seguintes ações:

- Implantação de abastecimento de água, esgotamento sanitário e instalações hidrossanitárias em áreas quilombolas, com vistas à redução de doenças e agravos relacionados à falta ou inadequação de saneamento;
- Desenvolvimento de ações direcionadas para a melhoria das condições das habitações existentes, por meio de reforma ou substituição por habitações construídas adequadamente em Municípios de alto risco de transmissão da doença de Chagas;
- Expansão do atendimento aos Municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura por rede de distribuição de água e de solução adequada de esgotamento sanitário (fossa séptica + rede coletora de esgoto);
- Minimização da proliferação do vetor da malária por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental (drenagem) no sentido de inviabilizar as condições ambientais e biológicas favoráveis à proliferação do vetor;
- Expansão da implantação de sistemas de resíduos sólidos aos Municípios a serem selecionados a partir dos maiores índices de infestação por *Aedes aegypti*;
- Garantia das condições de eficiência e eficácia do tratamento da água com vistas a possibilitar o controle da qualidade da água pelos Municípios; e
- Apoio aos projetos de coleta e reciclagem de materiais.

O PAC 2, lançado em maio de 2010, sinalizou a continuidade dos investimentos de longo prazo para o setor, promovendo condições para um planejamento setorial, público e privado, de médio prazo, e dando seguimento ao processo de melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Foram disponibilizados R\$ 45,1 bilhões para investimentos em saneamento, sendo R\$ 41,1 sob a gestão do MCID e os demais





R\$ 4 bilhões destinados aos programas sob responsabilidade da FUNASA. Cerca de 50 % desses recursos são oriundos do OGU e os demais 50% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses investimentos estão divididos por modalidade, conforme a tabela abaixo:

Previsão de Investimentos do PAC 2 para o setor de saneamento (2011 – 2014)

Modalidade	Fonte de Recursos (R\$ bilhões)		Total Geral
	OGU	FIN (FAT e FGTS)	TOTAL
Água	2,5	4,0	6,5
Redução de Perdas	1,0	1,0	2,0
Esgoto	7,0	5,5	12,5
Drenagem	5,0	4,0	9,0
Saneamento integrado	1,5	1,5	3,0
Resíduos Sólidos	1,0	0,5	1,5
Projetos	0,3	0,3	0,6
Financiamento Privado	-	5,0	5,0
Água e Esgoto para Peq. Munic.*	4,0	1,0	5,0
TOTAL	22,3	22,8	45,1

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades

*Recursos sob gestão da FUNASA

No PAC 2 o atendimento aos Municípios foi dividido em 3 grupos, de acordo com a região e o porte municipal. O Grupo 1, que concentra cerca de 60% da população brasileira, abrange os Municípios de Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), Municípios acima de 70 mil habitantes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste. Nesse grupo estão incluídos 477 Municípios elegíveis. O Grupo 2 abrange Municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que têm entre 50 e 70 mil habitantes e das Regiões Sul e Sudeste que têm entre 50 e 100 mil habitantes. No Grupo há 2.221 Municípios, que representam cerca de 8% da população brasileira. Por fim, o Grupo 3 inclui 4.866 Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, que abrangem aproximadamente 32% da população. É importante salientar a destinação de R\$ 300 milhões para apoio aos Municípios na elaboração de projetos, visto que este foi um dos entraves encontrados durante a primeira fase do PAC.

As premissas para seleção das propostas serão: i) articulação entre as modalidades no território; ii) complementação de obras da primeira fase do PAC; iii) atendimento de demandas estruturantes e integradas entre áreas de desenvolvimento urbano e intermunicipais; iv) projetos de engenharia prontos ou em estágio avançado de preparação; v) licenciamento ambiental; e vi) situação fundiária que permita rápido início de obras.

Além disso, uma série de critérios de priorização, como índices de cobertura, desempenho no PAC 1, áreas de risco, índices de mortalidade infantil, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros, estão sendo adotados para priorização das intervenções.

O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, durante o exercício de 2011, em patamares bastante próximos aos do quadriênio 2007-2010, com potencial de crescimento em virtude das contratações do PAC 2. Estima-se que serão comprometidos (OGU e financiamentos) recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões, considerando o planejamento de execução do PAC 1 e as novas contratações no PAC 2.





6. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação possui como objetivo principal retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a toda a população, notadamente aquela de baixa renda. Na implementação dessa política, os principais eixos da ação governamental são: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o PAC - Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional ao longo de 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro linhas de atuação: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação do leque de agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

Estudos relativos aos déficits habitacionais apontam para uma dívida social acumulada próxima de 5,6 milhões de novos domicílios em 2008, de acordo com a nova metodologia adotada para sua quantificação, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica. Esse quadro justifica uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazo, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) entre os entes da Federação. O SNHIS representa a estruturação do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores. A elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, outro requisito da adesão ao Sistema, completa um novo quadro institucional, que permitirá aos poderes executivos locais a elaboração de um desenho de estratégias que promovam o acesso à moradia digna, de acordo com as especificidades regionais, contribuindo para o enfrentamento do déficit habitacional do País.

O PAC - Habitação possui como objetivo a expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e traz a perspectiva de expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional. As intervenções do PAC - Habitação possibilitam a mitigação da carência habitacional de parcela da população com renda de até cinco salários mínimos residente em assentamentos precários situados nas principais cidades e regiões mais populosas.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC - Habitação da ordem de R\$ 106,3 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões correspondem a recursos provenientes do OGU, R\$ 4 bilhões de financiamento ao setor público, R\$ 32,5 bilhões de financiamentos habitacionais para pessoas físicas, compreendendo recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), R\$ 42 bilhões de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), além de R\$ 17,7 bilhões de contrapartida de Estados, Municípios e pessoas físicas.





Em 2009, o Governo deu início, mediante a Lei nº 11.977, de julho de 2009, a um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Como resposta anticíclica à crise, tornou-se uma oportunidade para que os setores habitacionais público e privado pudessem atuar de forma convergente. Por um lado, favoreceu-se a implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para disponibilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda; e por outro viabilizou-se a implementação de operações imobiliárias por construtoras. Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação foi implementado, qual seja, o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação.

b) PAC - Habitação

b.1) Transferências Obrigatórias ao Setor Público

Estão sendo investidos no PAC - Habitação recursos da ordem de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 10,1 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 3,0 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Desses, R\$ 4,0 bilhões estão alocados no FNHIS e R\$ 9,1 bilhões no PAC-PPI.

As obras de urbanização de assentamentos precários concentram a maior parte dos recursos e representam a prioridade do PAC - Habitação: são R\$ 11,8 bilhões, ou 90% dos recursos, e quase 860 mil famílias beneficiadas. Outros recursos, totalizando R\$ 1,1 bilhão, são para provisão habitacional por meio do FNHIS, atendendo a cerca de 55 mil famílias.

Do total investido, R\$ 4,4 bilhões estão sendo aplicados em obras emblemáticas, ou seja, em urbanização de grandes complexos onde há concentração de precariedade habitacional, situações de risco e carência de infraestrutura. São 21 obras em 14 unidades da Federação, destacando-se: Complexo do Alemão e Rocinha, no Rio de Janeiro; Heliópolis, Paraisópolis e Billings/Guarapiranga, em São Paulo; Bacia do Maranguapinho, em Fortaleza; Bacia do Beberibe, em Recife; Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte; Rio Anil, em São Luís, entre outros, beneficiando quase 335 mil famílias.

As ações de urbanização englobam ainda erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco nos Municípios de Rio Branco (AC), Manaus (AM), Macapá (AP), Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal (PA), Porto Velho (RO), Lauro de Freitas (BA), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), região metropolitana de Recife (PE) e Baixada Santista (SP), além de outras intervenções.

Até dezembro de 2010, no âmbito do PAC, foram 180 obras contratadas no programa PAC-PPI, no valor total de R\$ 9,1 bilhões, representando quase 100% de contratação das propostas selecionadas. Já no FNHIS, são 3.365 empreendimentos em 1.995 Municípios em todas as unidades da Federação, num valor total de R\$ 3,9 bilhões.

Dentre esses, foram beneficiados mais de 1.500 Municípios nos 26 Estados, com investimento de cerca de R\$ 112 milhões oriundos do FNHIS para desenvolvimento institucional, sendo R\$ 25,7 milhões para serviços de assistência técnica e R\$ 75,4 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação.

Ainda em 2010, foi realizada a primeira seleção do PAC 2, que classificou propostas de diferentes grupos de Municípios, divididos em três grupos, de acordo com a população e regiões metropolitanas. Conforme a nova metodologia, os Estados, Municípios e o Distrito Federal puderam pleitear recursos tanto para obras de urbanização de assentamentos precários e produção habitacional, quanto para elaboração de seus estudos e projetos. Foram classificadas 167 propostas e um total de R\$ 3,3 bilhões (OGU) referentes a obras de habitação do Grupo 1, e 131 propostas e R\$ 96,5 milhões para projetos desse mesmo grupo. Os grupos 2 e 3 ainda estão em fase de pré-seleção.





b.2) Financiamento ao Setor Público

A partir da ampliação da capacidade de endividamento dos Estados e Municípios, em decorrência da Resolução nº 3.438, de 2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN), pôde-se retomar as operações do Pró-Moradia, programa operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) com recursos do FGTS, e estabelecer parceria com o BNDES para execução de operações no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), operados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2009, também por intermédio de resolução do CMN, o limite de crédito ao setor público foi ampliado para R\$ 5,5 bilhões, destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos entes federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. Até esse ano haviam sido contratadas 16 intervenções do PMI, totalizando R\$ 554 milhões, e 186 intervenções do Pro-Moradia, representando R\$ 4,6 bilhões.

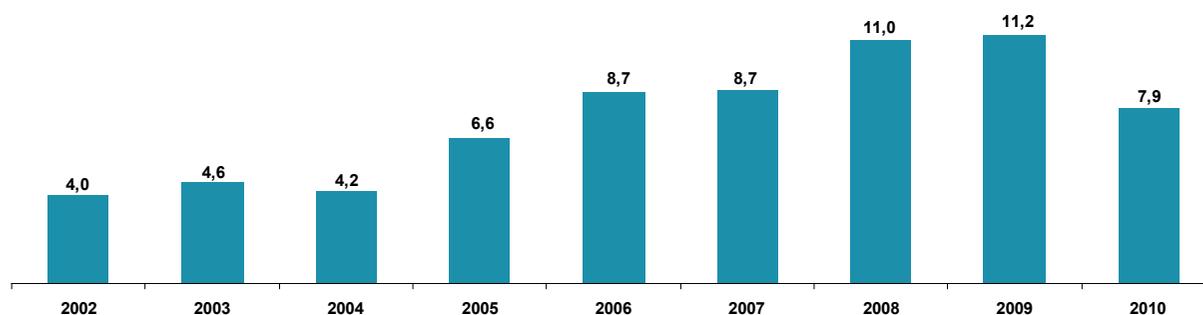
As obras de urbanização de assentamentos precários somam R\$ 4,8 bilhões (117 obras) representando 90% desse recurso, atendendo 402 mil famílias. Destacam-se as obras de urbanização da Pedreira Prado Lopes e Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, a Vila Nazaré, em Porto Alegre, a Via Mangue, em Recife, e a 2ª etapa da Falha Geológica, em Salvador.

Em 2010 houve mais duas seleções que classificaram 25 propostas, num montante de R\$ 669 milhões, que estão em fase de contratação.

b.2.1) Financiamentos habitacionais para pessoas físicas

De 2007 a 2010, os créditos concedidos a pessoas físicas com recursos do FGTS, do FAR e do FDS beneficiaram 971 mil famílias com a aquisição, reforma ou construção de unidades habitacionais; houve alocação de R\$ 38,9 bilhões, superando em 20% a meta, de R\$ 32,5 bilhões, para o período (2007-2010). Estima-se que a esses recursos ainda são acrescidos R\$ 12,3 bilhões de contrapartidas individuais. Vale ressaltar que os valores de 2009 e 2010 não incluem o total de financiamento destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Contratação de financiamentos habitacionais para pessoas físicas (R\$ bilhões)



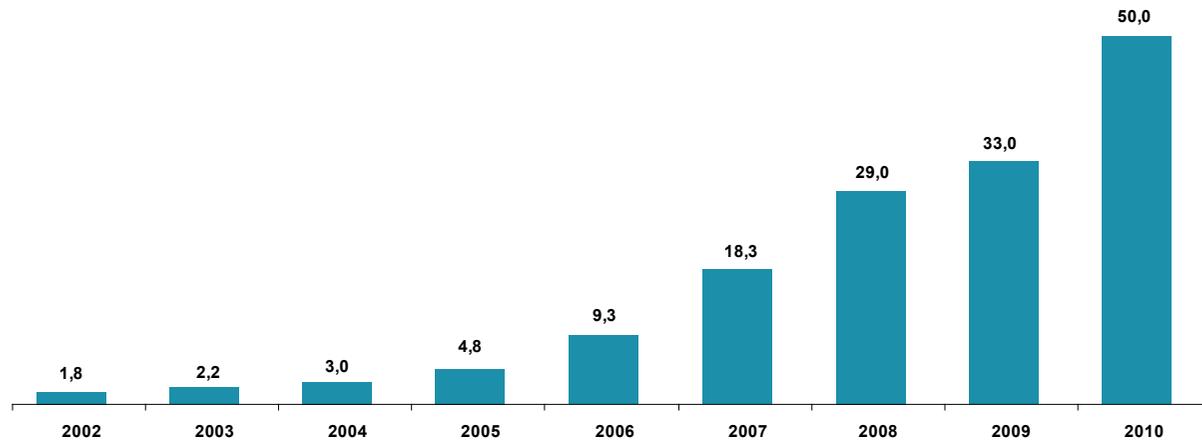
Fonte: CAIXA de 17 de dezembro de 2010. Não inclui PMCMV.

Já em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007/2010, houve investimento total de R\$ 130,3 bilhões, superando em cerca de 11% a meta de R\$ 45 bilhões estipulada para o ano de 2010. O investimento possibilitou o acesso à moradia para mais de 1,1 milhão de famílias. A abertura do capital do setor imobiliário também possibilitou crescimento do montante de recursos destinados à habitação de mercado, resultando em expressivo volume de contratações, conforme pode ser visto no gráfico que segue.





Contratação SBPE (R\$ bilhões)



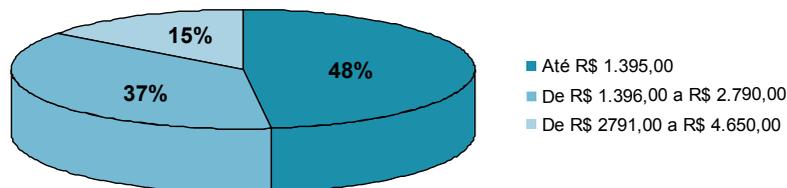
Fonte: ABECIP até novembro de 2010.

b.3) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Desde o início das operações do PMCMV, em 2009, até o dia 30 de dezembro de 2010, segundo dados preliminares fornecidos pela CAIXA, foram contratadas 1.004.015 unidades, no montante de R\$ 53,16 bilhões, superando a meta de um milhão de unidades habitacionais. As operações foram realizadas pela CAIXA e demais agentes e instituições do sistema financeiro de habitação.

As contratações apresentaram os seguintes perfis de renda familiar dos beneficiários dos imóveis:

Distribuição das unidades do PMCMV por faixa de renda – 2010



Prévia - Balanço PMCMV 30/12/2010

Fonte: Ministério das Cidades

Importante destacar o expressivo volume de contratações (48% do total) na faixa de renda até R\$1.395,00, onde se concentra a maior parcela do déficit habitacional.

De janeiro a 30 de dezembro de 2010 foram contratadas 728.487 unidades habitacionais, representando investimentos de R\$ 36,1 bilhões.

Para o quadriênio 2011/2014, serão destinados R\$ 71,7 bilhões a financiamentos para o Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo R\$ 62,2 bilhões do OGU e R\$ 9,5 bilhões de subsídios do FGTS. Da nova meta de 2 milhões de novas moradias, 1,2 milhão (60% dos recursos) deverão ser construídas para famílias com renda de até R\$ 1.395,00.





b.4) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

Dentre as iniciativas adotadas em 2010 para fomentar o desenvolvimento institucional e a cooperação técnica, cabe destacar alguns eixos principais. O primeiro deles é o eixo de capacitação, com duas ações estruturantes: a consolidação de cursos à distância (EAD) e de capacitação presencial. A consolidação dos cursos à distância tem sido um dos principais mecanismos para ampliação de vagas para a capacitação de gestores dos governos federal, estadual e municipal, além de técnicos da CAIXA e demais agentes sociais. O objetivo principal dessa modalidade é garantir o fortalecimento institucional do setor habitacional, bem como a ampliação da capacidade de planejamento e gestão de programas e projetos de habitação. Desde 2008, o MCID desenvolve, na modalidade EAD, as seguintes temáticas: *Urbanização de Assentamentos Precários, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social e Apoio à Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. No ano de 2010, cerca de 800 Municípios e 2.800 gestores participaram dos cursos ofertados pelo EAD.

Além dos cursos à distância, o MCID manteve sua estratégia de capacitação presencial junto aos Estados e Municípios para a implementação da Política Nacional de Habitação. Nesse ano foram capacitados cerca de 410 gestores locais dos Estados do Maranhão, Goiás e São Paulo, para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Outro eixo de atuação está dedicado a estruturar contratações de produção de material de caráter técnico para apoiar a formulação de políticas e ações do MCID, assim como garantir instrumentos didáticos para a capacitação necessária das ações e programas habitacionais. Essas contratações envolvem renomados órgãos de pesquisas e consultorias, além de parcerias. Entre os principais trabalhos produzidos em 2010 destacam-se os seguintes estudos e publicações: i) Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários; ii) Plano Nacional de Habitação (PlanHab); iii) Guia de Adesão ao SNHIS 2010; iv) Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação; v) Urbanização de Favelas: a Experiência do PAC; vi) Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários – Versão Bilíngue – Material Didático Curso EAD; vii) Guia Como Delimitar e Regular Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Vazios Urbanos; viii) Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social – Material Didático Curso EAD; ix) Identificação e Mapeamento do Comportamento do Mercado Residencial Formal da RMSP e Metodologia para Estimar Oferta Residencial Formal nas demais RMS do País; e x) Instrumentos de Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Finalmente, o terceiro eixo de trabalho está voltado para a consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Para tanto, o MCID faz o monitoramento das obrigações decorrentes da adesão ao SNHIS e do cumprimento, por parte dos Municípios e Estados, por meio dos relatórios encaminhados pela CAIXA. O cumprimento das obrigações decorrentes da adesão ao SNHIS trata da obrigatoriedade da elaboração do PLHIS e da criação de conselhos e fundos municipais de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios.

b.5) Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) tem por objetivo elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil. Busca a interlocução com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. Para implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2010 foram alocados recursos do Orçamento Geral da União (OGU) da ordem de R\$ 1 milhão.

O aporte anual de recursos privados em qualidade e inovação, realizado pelas empresas, devido ao fomento estabelecido pelo programa, é estimado em R\$ 120 milhões para implementação dos programas setoriais da qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios





laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor, capacitação dos profissionais da qualidade e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB); R\$ 154 milhões para implementação do Sistema da Avaliação de Conformidade nos níveis D, C, B e A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC); e R\$ 4,2 milhões para implementação do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), na elaboração de diretrizes, avaliações técnicas e auditorias em produtos e sistemas construtivos inovadores desenvolvidos pelas empresas do setor.

Em 2010, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), e em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES disponibilizou uma linha de crédito automática e pré-aprovada, podendo atingir até R\$ 1,5 milhão de limite de crédito por beneficiário, para apoiar de forma ágil as micro, pequenas e médias empresas, com receita bruta anual de até R\$ 60 milhões, objetivando aumentar a competitividade empresarial e a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) destinou R\$ 57 milhões para apoiar pesquisas nas áreas de saneamento e habitação com foco no PAC e no PMCMV, bem como para o apoio à inovação tecnológica no âmbito do SiNAT.

b.6) Perspectivas para 2011

No decorrer dos oito anos, período curto para a temporalidade da política habitacional, houve importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. É significativa a ampliação do acesso à moradia, seja em função da estabilidade, aumento da renda e redução das desigualdades, seja como resultado dos programas habitacionais.

O aumento de cerca de 9,6 vezes nos recursos para habitação nos últimos anos, os quais passaram de R\$ 7 bilhões para R\$ 67,1 bilhões, especialmente com a consolidação do SNHIS e a inclusão do tema no eixo de infraestrutura social e urbana do PAC, está beneficiando, desde 2003, cerca de 5,5 milhões de famílias. Resultados dessa política podem ser verificados, por exemplo, na diminuição do déficit habitacional brasileiro em 21% ao longo do referido período.

Contribuiu expressivamente para esse resultado a adesão ao SNHIS de 5.370 Municípios e de todos os Estados e do Distrito Federal, proporcionando ampliação dos recursos para uma política habitacional sincronizada, além do fortalecimento institucional do setor. Esse avanço é demonstrado pelo fato de que, em 2004, apenas 42% dos Municípios possuíam órgão específico para habitação, já em 2008, 70% desses entes possuíam tal órgão, segundo dados da última Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), realizada pelo IBGE.

Em 2011 espera-se o fortalecimento do SNHIS, a implementação do PlanHab e a continuidade dos programas e investimentos no setor. O PAC - Minha Casa, Minha Vida é um eixo de investimentos criado no âmbito do PAC 2 e vai abranger a ampliação de metas do PMCMV, a concessão de financiamentos habitacionais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e as obras de urbanização de favelas, antes agrupadas sob o nome PAC - Urbanização de Favelas.

O novo eixo PAC - Minha Casa, Minha Vida prevê investimentos de R\$ 278,2 bilhões para a construção de 2 milhões de novas moradias no Brasil, destinadas a famílias de baixa renda. Destaca-se que, dos 2 milhões de novas moradias, 1,2 milhão (60% das unidades), serão construídas para famílias com renda de até R\$ 1.395,00. Esses recursos serão assim distribuídos: R\$ 71,7 bilhões para financiamentos nos moldes do atual Programa Minha Casa, Minha Vida, dos quais R\$ 62,2 bilhões do OGU e R\$ 9,5 bilhões de subsídios do FGTS; R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do SBPE; e R\$ 30,5 bilhões para obras de urbanização de assentamentos precários, dos quais R\$ 27 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões de FGTS.





7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade civil para a implementação de políticas de planejamento e gestão urbana que produzam cidades mais justas e sustentáveis, o Governo Federal concentra seus esforços no apoio e fomento à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Em 2010, deu-se prosseguimento à gestão dos contratos já assinados para apoio aos Municípios na elaboração/revisão de Planos Diretores, com o acompanhamento e assistência técnica para 58 contratos ativos. Também foi estruturado um Banco de Dados de Planos Diretores para agregar informações relativas à legislação urbana, divulgar os Planos Diretores do País e proporcionar uma troca de experiências entre os Municípios. Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade na implementação das políticas públicas, foram capacitados mais de 1.100 agentes locais em elaboração e implementação de Plano Diretor em 116 Municípios do Estado de Pernambuco.

No que se refere ao apoio à implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, deu-se continuidade às ações do projeto Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores, concluindo a avaliação qualitativa de 526 Planos Diretores e realizando mais de 50 oficinas de capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil, mobilizando cerca de 2.000 pessoas. Foi também realizado o I Seminário Nacional sobre Política e Administração do Imposto Sobre a Propriedade Imobiliária.

Com relação aos conflitos fundiários urbanos, foi realizada ampla disseminação da Resolução Recomendada nº 87, do Conselho das Cidades, que trata da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, com destaque para o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos realizado na cidade de São Paulo. Também foram adotadas diligências para mais de 25 casos de conflitos fundiários, envolvendo mais de 12.000 famílias.

Até 2010, o Programa Papel Passado apoiou diretamente, com recursos do Governo Federal, ações de regularização fundiária urbana que beneficiaram 381.175 famílias com processo de regularização iniciado, 54.460 com títulos concedidos e 26.194 com títulos registrados em cartório. Indiretamente, a União apoiou os Municípios, por meio de capacitação e ação de remoção de obstáculos legais, fortalecimento e complementação da legislação incidente na regularização fundiária. Além disso, todas as obras de urbanização inseridas no PAC também incorporam a dimensão da regularização em conjunto com a implantação da infraestrutura e de serviços urbanos.

No Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o MCID, foram destinadas, em 2010, 52 áreas do INCRA em 42 Municípios da Amazônia Legal, que beneficiarão 64,7 mil famílias com a regularização fundiária urbana.

Além do acompanhamento dos convênios celebrados com governos de Estados e institutos de terras em Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Roraima, foram celebrados convênios com as entidades ambientais e Fundação Bento Rubião de assistência técnica para implementação de instrumentos de acesso à terra urbanizada em São Vicente (SP) e Macaé (RJ), respectivamente.

No que tange às ações de capacitação, foram promovidas oficinas e seminários para a capacitação de parceiros em Municípios que façam parte de projetos de regularização fundiária urbana na Amazônia Legal, conforme a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, nos Municípios de Palmas (TO), Manaus (AM), Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará.

Com vistas a dar continuidade ao processo de produção de cidades mais justas e saudáveis, pretende-se, em 2011, realizar ampla





agenda nacional de avaliação de dez anos do Estatuto da Cidade, promover agenda nacional de apoio à provisão de terra urbanizada à população de baixa renda de forma articulada ao PMCMV e ao PAC, promover agenda nacional de apoio à gestão da valorização da terra e à tributação imobiliária, apoiar os Municípios envolvidos em impactos de grandes empreendimentos na estruturação do planejamento urbano e na gestão do solo urbano, estruturar o apoio para o planejamento urbano de pequenos Municípios, apoiar o fortalecimento da governança metropolitana e implementar agenda de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, com destaque para a criação de um manual de conduta das ações de reintegração de posse e estruturação de núcleos regionais de mediação de conflitos. Para a consolidação dos avanços conquistados nos últimos anos na regularização fundiária urbana e inserção do tema na pauta das políticas urbanas implementadas nos Municípios, é necessária a continuidade do programa para ações de capacitação e implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos informais.

Desde 2004, o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais apoiou ações em 160 Municípios, seja através do apoio direto do Programa com recursos do Orçamento Geral da União, da disponibilização de imóveis públicos para habitação em áreas centrais ou da promoção de ações de capacitação e cooperação técnica. Para tanto, foram assinados 174 contratos de repasse/convênios, sendo 35 para elaboração de planos ou projetos de reabilitação e 139 para a execução de obras de requalificação urbana ou de edifícios.

Em relação à disponibilização de imóveis públicos, a partir de um trabalho conjunto iniciado em 2009 com vistas à identificação e destinação de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social para programas de produção de habitação de interesse social, foram analisados 1.073 imóveis constantes do Plano Nacional de Desmobilização do Ministério da Previdência, nos quais foram realizadas vistorias conjuntas que resultaram na seleção de 190 imóveis considerados aptos à transformação em habitação. Em 2010, 27 imóveis de propriedade da União foram doados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para realização de empreendimentos no PMCMV. Ainda neste ano, outros 27 imóveis estão com processos de compra em andamento.

Em 2010, foram iniciadas diversas parcerias para a elaboração de publicações e para o desenvolvimento de ações de capacitação. Nesse sentido, estão em elaboração, para publicação em 2011, um guia de implementação de ações de reabilitação de áreas centrais e sítios urbanos (parceria com o IPHAN), dois cadernos técnicos para implementação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e das Operações Urbanas Consorciadas (parceria com o *Lincoln Institute of Land Policies*) e um curso à distância de Reabilitação de Áreas Centrais (parceria com a CAIXA).

Em relação à cooperação institucional, foi assinado, com a Junta de Andaluzia da Espanha e o Governo do Estado da Bahia, um programa de ações para recuperação de imóveis no centro antigo de Salvador, para habitação e para elaboração de um guia de arquitetura e paisagem de Salvador e Recôncavo. Foi assinado também um acordo de cooperação técnica com o Governo da Bahia e com a prefeitura de Salvador para implementação do plano de reabilitação do centro antigo, e consolidada parceria entre a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a prefeitura do Rio de Janeiro para garantia do interesse social nas ações de requalificação urbana no âmbito do Projeto Porto Maravilha.

Para 2011, espera-se dar continuidade às ações de cooperação federativa para o desenvolvimento de projetos de recuperação de imóveis para moradia. Além disso, espera-se consolidar o Serviço de Moradia Social como um programa federal e apoiar ações e projetos-piloto de locação social em nível local.

Visando a prevenção e a redução de riscos em encostas e inundações, deu-se prosseguimento à gestão dos contratos de repasse de recursos para elaboração de planos de redução de riscos a 64 Municípios, o que vem ocorrendo desde 2004, e para o desenvolvimento de projetos de estabilização de encostas a 15 municipalidades. Em parceria com a Agência de Cooperação do Japão (JICA), foi desenvolvido um programa de capacitação para multiplicadores desse tema.





Em março de 2010, com o lançamento do PAC 2, foi incorporada no âmbito do programa a área de prevenção de riscos composta pelas modalidades de inundações e de contenção de encostas. Os recursos destinados para a área de contenção de encostas somam R\$ 1 bilhão. Para a primeira fase de seleção dos investimentos, iniciada em maio de 2010, foram destinados R\$ 500 milhões para obras de contenção de taludes e R\$ 50 milhões para elaboração de planos municipais de redução de riscos e projetos básicos de engenharia. O critério de habilitação dos Municípios nessa modalidade leva em conta o porte populacional ou sua localização em regiões metropolitanas prioritárias e com registro de acidentes graves relacionados a deslizamentos de encostas.

O resultado da primeira fase de seleção da Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários envolve a execução de 385 obras de contenção em 41 Municípios, abrangendo nove Estados brasileiros (ES, MG, RJ, SP, SC, AL, BA, PE e AM), bem como a elaboração de 1.306 projetos básicos de engenharia e 49 planos municipais de redução de riscos. A seleção de planos e projetos nessa etapa permitirá às prefeituras e aos governos dos Estados pleitear recursos para obras de contenção de encostas na segunda fase de seleção da ação no PAC 2, em 2011.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), no ano de 2010 foram apoiados 21 projetos de extensão universitária no âmbito do 1º Edital PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária – Cidades, cuja ênfase é a implementação do SNIC e de Cadastros Territoriais Multifinalitários (CTM) nas municipalidades. Os projetos aprovados atenderão, inicialmente, a 965 Municípios cujas atividades de capacitação ocorrerão nos anos de 2010 e 2011. Ainda em 2010, foram aprovados mais 24 projetos e nove programas nas diversas áreas do desenvolvimento urbano, por meio do PROEXT 2010, em parceria com o MEC. Destaca-se, ainda, a compra e distribuição de 30.000 km² de imagens de satélite da área urbana para aproximadamente 500 Municípios e de *kits* didáticos para a implementação do Sistema Nacional de Informações das Cidades.

Em 2011 pretende-se dar continuidade às atividades empreendidas por meio do PNCC, com a implementação dos cursos de extensão universitária e de ações no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária. Além disso, estão previstas a estruturação/implementação do portal do PNCC, que irá abrigar cursos à distância, biblioteca e videotecas virtuais, blogs, fóruns temáticos e material didático de apoio à capacitação referente às diversas temáticas relacionadas com as políticas urbanas.

8. Mobilidade Urbana

Com relação à regulamentação do setor de mobilidade urbana, houve a aprovação do Projeto de Lei Consolidado (PLC 166/2010), na Câmara Federal e em três comissões no Senado Federal, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, fixando princípios, diretrizes e objetivos da política.

O projeto dispõe sobre: i) integração com a política de desenvolvimento urbano e as políticas de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos; ii) diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo, disciplinando os aspectos tarifários e questões voltadas à licitação dos serviços de transporte coletivo; iii) direitos dos usuários dos serviços de transporte coletivo e instrumentos de participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da política; iv) priorização dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o individual; v) mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade e incentivo ao desenvolvimento e uso de energias renováveis e menos poluentes; e vi) o Plano de Mobilidade Urbana como o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-transporte), programa de financiamento com recursos do FGTS, está sendo a principal fonte de recursos para os projetos na área de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Esses recursos onerosos foram ampliados significativamente, passando de R\$ 1 bilhão, em 2009, para R\$ 8 bilhões, em





2010. Foram selecionados 55 projetos nas 12 cidades sedes (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), apoiando obras de implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, *Bus Rapid Transit* (BRT), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. Do total de projetos selecionados, 54 foram financiados pelo Pró-transporte e, até dezembro de 2010, foram assinados 37 contratos de financiamento.

Com vistas a melhorar as condições de mobilidade, acessibilidade e salubridade da população brasileira de baixa renda, estão em fase de seleção de propostas, com recursos de financiamento do Pró-transporte, projetos para pavimentação e qualificação de vias urbanas, dando prioridade às regiões de baixa renda, densamente ocupadas e com carência de infraestrutura urbana, na segunda etapa do PAC 2. As obras previstas visam a proporcionar à população beneficiada um ambiente urbano qualificado, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais (microdrenagem) e redes de água e esgoto nas vias objeto das intervenções, calçadas, guias rebaixadas e sinalização viária. Estão alocados recursos de financiamento no Pró-transporte no valor de R\$ 6 bilhões, divididos em duas etapas – R\$ 3 bilhões para 2010 e o restante para 2011.

a) Transporte Metroferroviário

No que concerne ao transporte metroferroviário, muitos avanços foram alcançados. No sistema metroferroviário administrado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), destaca-se a continuidade da expansão da Linha 1, no trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo. O empreendimento, com extensão de 9,3 km e quatro novas estações, beneficiará diretamente a 30 mil usuários do transporte público e está gerando mais de 1.200 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em cerca de R\$ 752 milhões.

Os recursos assegurados permitiram o planejamento consistente das atividades envolvidas, adequado ao cronograma contratual de três anos. A partir do início dos serviços, em fevereiro de 2009, até outubro de 2010, 67,35% da execução física foram concluídos, com previsão de início da operação comercial no primeiro semestre de 2011.

Junto com o empreendimento estão sendo realizados importantes investimentos sociais, tendo já sido concretizado o reassentamento de 189 famílias, distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no Município de São Leopoldo. O reassentamento contempla, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. Serão ainda transferidas mais 540 famílias para o Loteamento Padre Orestes.

Até outubro de 2010, foram executados 31,60% do projeto de eficiência energética no sistema. Quanto à adequação dos trens à Acessibilidade Universal, em 2010 foram concluídas as obras da Estação Mercado, as intervenções de acessibilidade em quatro Trens-Unidade Elétricos (TUEs), os projetos executivos das estações tipo (8 estações) e as obras do pátio da área administrativa, e foi iniciada a execução das obras das estações tipo.

Em 2010 também foi iniciada a implantação do Sistema Aeromóvel, que conectará a Estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho, com um orçamento de R\$ 29,90 milhões e previsão de conclusão em 12 meses.

Em relação à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), vale destacar uma série de relevantes investimentos. Em Recife, entrou em operação comercial o trecho reformado e eletrificado Recife – Cajueiro Seco, na Linha Sul. Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos terminais integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do terminal aeroporto na Linha Sul. Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do trecho Cajueiro Seco – Cabo e foram lançadas as licitações para as obras civis. A concorrência internacional para aquisição de 15 Trens Unidades Elétricos





(TUE) para operação nas Linhas Centro e Sul se configura na realização de maior destaque em 2010, uma vez que permitirá atender a uma demanda esperada de 374 mil passageiros por dia útil. Destacam-se, também, a conclusão da reforma e climatização dos 25 TUEs da frota atual e a continuação da fabricação e montagem dos sete Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT) que irão operar no Trecho Cajueiro Seco – Cabo.

Em Belo Horizonte foram concluídos os serviços de fornecimento do sistema de sinalização do trecho São Gabriel – Vilarinho e Pátio de São Gabriel, a modernização do Centro de Controle Operacional (CCO) e a complementação do *vídeo-wall* para tele supervisão da movimentação nas estações. Verificou-se aumento da demanda diária de passageiros transportados acima de 15% em relação ao ano de 2009, atingindo recorde de 219.416 passageiros no mês de novembro.

Em Salvador, a implantação do trecho Lapa – Pirajá apresentou como marcos, em 2010, a conclusão das obras civis de quatro estações, do túnel e elevados no trecho Lapa – Acesso Norte. Foram implantados 6 km de via permanente e iniciadas as obras de construção do pátio auxiliar de manutenção. Foram entregues à Prefeitura de Salvador seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia. No projeto de modernização do trem de subúrbio – trecho Calçada – Paripe – o principal avanço se deu na recuperação do material rodante já em operação e na contratação da recuperação de mais três TUEs e duas locomotivas. Com relação às obras civis, merece destaque a conclusão da reforma/recuperação de sete estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração. Viabilizou-se também a aplicação de R\$ 48,8 milhões para conclusão da recuperação total da ponte São João.

Nos investimentos para o sistema de Fortaleza já foram aplicados, até 2010, R\$ 410 milhões na implantação do metrô da Linha Sul. Foram concluídos, até o final do exercício, 87% das 13 estações de superfície, o prédio administrativo do centro de manutenção, a escavação dos 3,9 km de túnel realizados e os testes com os dois primeiros TUEs entregues. Estão sendo envidados esforços visando a operacionalizar 19 km do Sistema, entre as estações de Vila das Flores e Parangaba, no primeiro semestre de 2011. Na modernização da Linha Oeste, já foram disponibilizados R\$ 70 milhões previstos para a ação. Até o final do exercício de 2010 foram concluídos 99% das nove estações, o viaduto de Caucaia, sete passagens de nível, além de 97% da remodelação dos 20 km da Via Permanente e a entrega de dois VLT. A implantação do sistema de VLT em Sobral, no norte do Estado do Ceará, com parte dos recursos disponibilizados pela União, teve como principal marco em 2010 a abertura da licitação para as obras civis.

No Sistema de Maceió, prosseguem as obras de recuperação do prédio da estação central e iniciou-se a retirada do comércio ao ar livre conhecido localmente como Feira do Passarinho, permitindo a contratação da remodelação da via permanente entre as ruas Dias Cabral e Melo de Moraes, para operação com VLT, cuja primeira composição foi entregue no mês de dezembro de 2010 e as demais serão entregues ao longo de 2011. Adicionalmente, com o objetivo de recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no Estado, que implicaram na interrupção de parte da operação em Maceió, a liberação de crédito extraordinário possibilitou a realização de concorrência pública para recuperação do trecho atingido, incluindo a reconstrução das estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque.

Em Natal e João Pessoa foram executados serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se que, no Sistema de João Pessoa, foram substituídos todos os dormentes de madeira por dormentes de concreto ao longo de toda a via, além de terem sido recuperadas três pontes.

Considerando todos os sistemas sob gestão da CBTU, no ano de 2010 foram transportados 125 milhões de passageiros, superando em 13% o resultado alcançado em 2009. A média diária atingiu 420 mil passageiros transportados, 13,5% superior ao apurado em 2009. Os dois maiores sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada, em relação ao ano de 2009, de 15,4% e 13,7%, respectivamente, superando todas as expectativas. Como consequência desses resultados extremamente promissores, a receita auferida pelos cinco sistemas superou os R\$ 117 milhões, valor 14,4% superior ao de 2009.





As metas para o exercício de 2011, em cada um de seus sistemas, foram estabelecidas a partir dos resultados positivos alcançados em 2010, conforme se segue:

- Para o ano de 2011, no sistema de Recife estão programados a entrega dos sete VLTs que irão operar no trecho Cajueiro Seco – Cabo, o início das obras de construção do Viaduto da 9ª Travessa de Cajueiro Seco, a conclusão da construção dos terminais de integração Tancredo Neves, Cajueiro Seco e da Estação Cosme & Damião, o início das obras de recuperação da via permanente do trecho Cajueiro Seco – Cabo, a construção dos terminais de integração Aeroporto, Prazeres, Largo da Paz e Joana Bezerra e a conclusão da implantação do sistema de bilhetagem automática.
- Em Belo Horizonte, trecho Eldorado – Vilarinho, estima-se uma evolução no desenvolvimento dos projetos das Linhas 2 e 3, na execução das obras civis do Pátio de Estacionamento de Vilarinho, iniciada em 2009, no projeto de modernização de sua sinalização e o avanço nas negociações para contratação do fornecimento de dez novos TUEs.
- Em Salvador, serão concluídas as obras civis e as instalações de manutenção do trecho Lapa – Acesso Norte. Com a conclusão dos testes de aceitação dos trens, será iniciada sua operação comercial, retomando-se, em seguida, as obras do Trecho acesso Norte – Pirajá. Em prosseguimento à modernização do sistema de trem de subúrbio, Trecho Calçada – Paripe, objetiva-se a conclusão da sua recuperação com a reforma/recuperação da ponte São João, da frota de material rodante e das locomotivas de apoio.
- Na Linha Sul do Sistema de Fortaleza prevê-se a conclusão das obras civis de todas as estações, passarelas, do centro de manutenção, do centro de controle operacional e do prédio da administração. Também serão concluídos o elevador, dois viadutos metroferroviários e um rodoviário. Outro marco relevante será a continuidade do contrato de fabricação dos TUE. Na Linha Oeste, as metas concentram-se na recuperação e modernização do material rodante, com a conclusão da entrega dos VLT e a conclusão da modernização e recuperação de 13 carros de passageiros.
- No Sistema de Maceió está prevista a continuidade das reformas das estações e a recuperação da via permanente, assim como a modernização dos sistemas de telecomunicações e sinalização, que viabilizarão a operação dos oito VLTs a serem entregues até o final de 2011.
- Em Natal e João Pessoa, os recursos destinam-se à continuidade de ações visando a restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação, com a recuperação de trechos críticos da via permanente e da frota de material rodante.

9. Trânsito

O Governo desenvolveu ações destinadas a reduzir o crescente número de acidentes e aumentar a segurança no trânsito, atingindo a população brasileira em geral e, notadamente, o universo de 54 milhões de condutores habilitados, proprietários de 63 milhões de veículos registrados, ciclistas e pedestres.

Visando ao fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, com a realização de cursos específicos em que foram capacitados 4.662 profissionais. Foram editados e distribuídos aos órgãos e entidades do SNT e profissionais envolvidos com o tema 50 mil exemplares da edição comemorativa *100 Anos da Legislação de Trânsito*, publicação que reúne documentos originais de toda a legislação de trânsito de 1910 a 2009 e que, além de ser um importante trabalho de pesquisa, também presta uma homenagem a todos os que participaram ativamente da formulação do sistema de trânsito no País.





Com o mesmo objetivo, foi realizado o III Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito, que teve como tema “Cinto de Segurança e Cadeirinha”. O evento promoveu a discussão com especialistas das áreas da educação, saúde, segurança veicular e comportamento social e foi o maior evento já realizado no Brasil sobre o tema.

Com o intuito de informar a população, cinco grandes campanhas educativas foram produzidas e veiculadas em âmbito nacional por meio de sete filmes para TV, spots de rádios, outdoor, busdoor, folders e cartazes para mobiliário urbano. Os temas abordados foram: “*que lembranças você quer levar do carnaval?*”, “*cinto de segurança e cadeirinha*”, “*tire férias, não tire vidas*” e “*álcool e excesso de velocidade*”.

Deve-se destacar, também, a criação do Sistema de Registro de Avisos de Risco (Recall) de Veículos Automotores, concebido a partir de acordo de cooperação técnica firmado com o Ministério da Justiça, com o objetivo de garantir o acompanhamento da realização e atendimento de recalls de veículos de acordo com o chamamento das montadoras e importadoras. Deu-se, ainda, continuidade à manutenção, expansão e implantação do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav).

Em sua décima edição, o Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, que tem como principal objetivo incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito, premiou 27 trabalhos em nove categorias, além do Município com o maior número de trabalhos enviados.

O Denatran destinou recursos no montante de R\$ 176,78 milhões a projetos de melhoria das condições viárias para a redução de acidentes de 501 Municípios em 24 Estados.

Para o ano de 2011, o Denatran deverá: i) concluir a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav); ii) realizar o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); iii) promover o XI Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito; iv) promover a realização de cursos de capacitação, destinados a profissionais do SNT; v) realizar programas educativos permanentes de âmbito nacional, com campanhas de utilidade pública; vi) promover a edição de publicações diversas, tais como o Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor, manuais brasileiros de sinalização de trânsito e manuais técnicos de engenharia de tráfego; vii) realizar encontros com órgãos e entidades do SNT, objetivando garantir a melhoria do trânsito e aperfeiçoamento da fiscalização de trânsito; viii) promover o IV Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito e o I Congresso Internacional de Trânsito; e ix) realizar visitas de acompanhamento técnico aos órgãos e entidades municipais de trânsito integradas ao Sistema Nacional de Trânsito.



